



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1356/05	DATA: 13/9/2005
INÍCIO: 18h29min	TÉRMINO: 21h28min	DURAÇÃO: 02h59min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h58min	PÁGINAS: 63	QUARTOS: 36

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
ARLINDO CHINAGLIA - Deputado Federal.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Há intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Estamos reabrindo esta reunião, prosseguindo na produção de prova testemunhal com a oitiva do Deputado Arlindo Chinaglia, arrolado como testemunha pela defesa do Deputado José Dirceu.

Estão presentes os advogados do representado. A respeito do depoimento, volto a fazer alguns esclarecimentos. De acordo com o art. 12 do Regulamento deste Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, a testemunha prestará compromisso e falará somente o que lhe for perguntado. Após, será dada a palavra ao Relator, Deputado Júlio Delgado, para as perguntas que poderão ser feitas nesse momento e a qualquer outro que entender necessário. Após a fala do Relator, será dada a palavra aos advogados do representado.

Há termo de compromisso do Deputado Arlindo Chinaglia que eu gostaria de ler:

Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 4, de 2005, e Representação nº 38, de 2005, do PTB, movido contra o Deputado José Dirceu.

Sala das reuniões, 13 de setembro de 2005.

Deputado Arlindo Chinaglia.

Com a palavra o Relator, Deputado Júlio Delgado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, nobre Deputado e companheiro Arlindo Chinaglia, testemunha nesse caso; Srs. advogados, José Luís e Rodrigo, já estamos aqui desde a parte da manhã, juntamente com os colegas e as colegas Parlamentares, num dia de trabalho bastante intenso para o nosso Conselho.

E, para que a gente possa concluir o dia de forma tranqüila, vou direto aos questionamentos ao Deputado Arlindo.

Quando V.Exa. ouviu falar pela primeira vez em proposta de recebimento de dinheiro para apoiar o Governo? Em que circunstâncias ouviu essa proposta de recebimento de dinheiro para apoio?



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Boa-noite a todos. Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, a primeira vez que eu tomei conhecimento disso foi através de uma notícia do *Jornal do Brasil*, se não me engano, em meados de setembro do ano passado, em que de alguma maneira se atribuía ao então Líder do Governo, Miro Teixeira, a denúncia. E, à época, houve um desmentido do Deputado Miro Teixeira. E o Presidente da Câmara dos Deputados, também à época, João Paulo Cunha, determinou que houvesse uma sindicância, que resultou arquivada. O segundo momento foi quando, ao final de uma reunião com o Presidente da República, onde estavam presentes o Deputado Roberto Jefferson, na condição de Presidente Nacional do PTB; o Líder José Múcio, também do PTB; o Ministro Mares Guia, também do PTB; o Ministro Aldo Rebelo e eu... E, ao final, ao término da reunião, houve esse tipo de comentário por parte do Roberto Jefferson com o Presidente da República, que, em seguida, orientou o Ministro Aldo e a mim também, querendo saber se tinha alguma verdade naquilo. E, aí, nós recuperamos a história daquela denúncia de setembro. E eu informei ao Aldo, que, seguramente, acredito, informou ao Presidente da República, que, na medida em que aqui ficaram alguns dias, aquela possibilidade de que algum Parlamentar confirmasse aquela denúncia... E isso não ocorreu: não houve nenhum Deputado, nem de Oposição, nem de apoio ao Governo que foi lá falar do tal do mensalão. E, como foi arquivado, a partir dali, da minha parte, eu imaginei que era uma questão encerrada. E, finalmente, voltou à tona com as denúncias do Deputado Roberto Jefferson que, mais do que eu, o Conselho conhece.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quero, diante disso, Deputado, fazer um questionamento que seria a pergunta número 2, que V.Exa. já antecipou respondendo.

O Deputado Roberto Jefferson disse que, em março, conversou pela segunda vez, numa segunda conversa com o Presidente Lula, dessa feita com a presença já citadas por V.Exa. do então Ministro Aldo Rebelo, do Ministro Walfrido Mares Guia, do Deputado José Múcio, V.Exa. e ele, sobre a existência do mensalão. Aí, hoje de manhã, o Deputado Aldo Rebelo contou que quando o Roberto Jefferson, já na saída da reunião, quando vocês estavam prestes... no movimento de levantar, concluindo a reunião, citou a questão do mensalão, e o Presidente Lula, que já



estava quase saindo da sala, pediu a V.Exa. que voltasse, chamou-o novamente e, naquela ocasião, pediu as providências. V.Exa. estava juntamente com o Ministro Aldo.

Aí, queria perguntar a V.Exa. os detalhes desse momento em que o Presidente o chamou, pedindo em que circunstância foi dada essa... que fosse procedida essa investigação — V.Exa. na condição de Líder do Governo, e o Deputado Aldo, e quais foram as providências que tomaram. Qual foi o teor da conversa nesse momento em que ele o chamou, e o que esteve envolvido nisso?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Posso não saber reproduzir exatamente as palavras. Vou dar o sentido. É claro que aquilo causou uma surpresa, e o Presidente, creio, sentiu-se impelido a dar algum tipo de resposta naquele momento. E foi com esse intuito que, então, ele pediu: *“Dêem uma verificada nessa história”*. Aí, veja, o que era possível fazer? Nós fizemos esse levantamento, e aí foi um comentário entre mim e o Aldo, posteriormente. Inclusive coube a mim, e eu fui para o plenário e fiz um pronunciamento, inclusive a esse respeito. Posteriormente, quando já nas denúncias do Deputado Roberto Jefferson, mais recentes, tentaram atribuir alguma responsabilidade ao próprio Presidente, então, ficou na responsabilidade do Aldo e na minha — e demos essa informação ao Presidente. Ia fazer mais o quê? Se a própria Câmara tinha arquivado, por que eu ou o então Ministro Aldo teríamos que ter outra iniciativa? Por isso que vou repetir: naquele momento, quando houve o arquivamento, eu dei como encerrado.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E só para concluir essa questão. O Presidente cobrou essas providências de V.Exa. e do Ministro Aldo depois ou V.Exa. reportou só ao Ministro Aldo? Voltaram a falar sobre esse assunto em algum outro momento antes de surgirem pela imprensa as denúncias do mensalão feitas pelo Deputado Roberto Jefferson?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não. Eu reportei ao Ministro Aldo e voltei a falar do tema apenas quando houve a denúncia. O Deputado Roberto Jefferson, então, relatou a presença de alguns, inclusive a minha. A partir daquele momento, recuperamos, de alguma maneira, aquele momento e o que foi feito, até porque, a partir dali, tínhamos que dar explicações.



O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nem é outra pergunta, mas uma observação, porque isso aconteceu em março, e as denúncias vieram à tona, para a sociedade como um todo, em junho. Satisfeitos com o arquivamento pela Corregedoria, V.Exa. não teria reportado novamente ao Presidente ou ao próprio Ministro o fato, até vir ao conhecimento da sociedade, quase 3 meses depois.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É verdade.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu não sei por que essa demora, esse lapso de abril, maio e junho, para que tivesse o conhecimento de toda sociedade de um fato que agora é conhecido e que tomou a notoriedade e a gravidade que estamos vendo.

Só uma observação. Gostaria de perguntar a V.Exa., na condição de Líder, na nossa atuação no ano passado e agora, na condição de Líder do Governo, como o Governo costuma articular o apoio no Congresso para aprovação dos projetos de seu interesse, nessa sua nova tarefa de Líder do Governo? E peço que relate algum caso específico que tenha transcorrido nessa atuação do Governo para formação da base de apoio para votação das matérias.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sem buscar nenhuma intimidade indevida, mas eu era Líder da bancada do PT, e V.Exa. era Líder da bancada do PPS, e nós participamos de inúmeras reuniões. Portanto, eu faço essa referência até para que dê ainda mais credibilidade ao que vou dizer. Havia reuniões coordenadas, naturalmente, pelo Líder do Governo, à época, no ano passado. Num período foi o Deputado Miro Teixeira, depois passou a ser o Deputado Professor Luizinho. Nós fazíamos reuniões, normalmente às terças-feiras, em que se discutia qual era a pauta, qual era a posição do Governo. Não era tão raro assim haver divergências entre Ministros do Governo. Portanto, ali nós analisávamos e íamos para plenário, quando era o caso, para encaminhar aquilo que era posição, normalmente, deliberada coletivamente. Cada Líder ali manifestava sua opinião. Muitas vezes também se produziam ajustes. Também havia momentos em que a bancada de apoio ao Governo votava contra, não totalmente, mas parcialmente. Enfim, acho que é um processo comum e democrático. Tornei-me Líder do Governo, a partir de março deste ano, e nós mantivemos essa rotina. É público e notório que



este ano está um tanto tumultuado o processo aqui na Câmara dos Deputados. Nós temos votado pouco, mas nós temos procurado manter essa mesma rotina. Não tem nenhum episódio específico ou particular em que não tivesse sido adotado esse procedimento.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quero concluir esta primeira fase do questionamento, Deputado, fazendo a seguinte indagação. V.Exa. disse que, no momento em que o Deputado Roberto Jefferson informou a existência do mensalão, houve uma surpresa sua, uma surpresa do Presidente, que pediu que vocês investigassem a questão, pediu que V.Exa. e o Ministro Aldo tomassem as providências. Já que eram de conhecimento, pelo *Jornal do Brasil*, em setembro de 2004, esses fatos, e só vieram ao conhecimento do Presidente em março de 2005, quero perguntar se nesse lapso, nesse momento em que a investigação foi noticiada pelo *Jornal do Brasil* — e ela não veio à tona, só veio mais à frente —, se nesse período houve algum conhecimento, alguma conversa de V.Exa. com o então Ministro e hoje Deputado José Dirceu sobre esse fato.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, não houve.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Nesse período não houve nenhuma conversa?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sobre esse tema?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sobre esse tema.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, nunca houve. Aliás, se não me engano, quando o Deputado Roberto Jefferson fez referência a essa reunião de março, lá atrás, ele dizia que o Ministro José Dirceu, à época, teria estado presente. Não estava presente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Mudando um pouco. Era atribuição de V.Exa., como Líder do PT e agora como Líder do Governo, negociar a questão da participação dos partidos da base aliada nos cargos no Governo Federal?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, o máximo que acontecia era alguns Líderes reclamarem que tinha sido acordado algum tipo de indicação para algum cargo. Eu, no máximo, reproduzia para o então Ministro Aldo Rebelo, que era, durante a maior parte do tempo em que eu exerci a Liderança — aliás, todo



o tempo em que exerci a Liderança do PT —, o Ministro da Coordenação Política. Mas não participei, enfim, de nenhuma negociação para que se conseguisse qualquer cargo para quem quer que seja. Não tinha esse grau de interferência. Eu, pessoalmente, não tinha.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Hoje, pela manhã, o Deputado, então Ministro, Aldo Rebelo disse que defendia a todo momento que os partidos da base fizessem parte, compusessem o Governo, mas que ele não participava da indicação dos cargos no Governo. Ele disse que defendia isso no Governo, mas que ele, como Ministro, não era o responsável por essa distribuição dessa participação. Eu lhe pergunto, então: essa participação dessa distribuição era feita pelo Ministro da Casa Civil e Deputado José Dirceu?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O que eu sei é que quem indicava os funcionários, as pessoas para cada cargo em cada Ministério... era papel do próprio Ministro, até porque o papel institucional da Casa Civil era de fazer uma avaliação técnica do indicado e também fazer ali uma certa, como é que eu diria, verificação das credenciais administrativas, inclusive ético-morais, enfim, para que qualquer indicado não surpreendesse negativamente, até onde é possível, no desempenho de uma função de confiança.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Na manhã, tarde e noite de hoje nós tivemos depoimento de 2 testemunhas arroladas pelo representado, pelos advogados e pelo Deputado José Dirceu: o Deputado Aldo Rebelo, do PCdoB, e o Deputado Eduardo Campos, do PSB. V.Exa. é a primeira testemunha arrolada na representação pela defesa que faz parte do Partido dos Trabalhadores, que é membro do mesmo partido do representado, o Deputado José Dirceu.

Para finalizar, até para deixar margem aos companheiros, tenho 2 indagações. V.Exa. acredita que um escândalo, na proporção que tomou, de tamanha amplitude, possa ser montado, articulado, dirigido por um membro de estrutura partidária de menor expressão política, como o Sr. Delúbio Soares?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Como a pergunta do Sr. Relator diz respeito a se eu acredito, é evidente que aí está embutida muito mais uma análise do que conhecimento de fatos. Eu creio que a prova indireta que o conjunto



dos militantes do PT e a quase totalidade da sua própria direção... do desconhecimento desses fatos é que o PT publicamente é dividido em tendências. É um linguajar interno, mas são grupos de opinião internos, que disputam posições políticas, disputam os processos eleitorais da direção. Então, é fácil imaginar que, se alguém que não fosse de um determinado agrupamento soubesse que aquele agrupamento estaria, por exemplo, fazendo o tipo de distribuição de dinheiro que veio à tona e ficou conhecido aí como “valerioduto”, endividando o PT, com todas as divergências que nós temos, isso teria sido denunciado pelos próprios dirigentes do PT excluídos desse processo. Então, eu acredito que ali houve uma ação particular, digamos, no sentido de poucos, que eu não tenho nenhum elemento para sequer imaginar exatamente como aquilo ocorreu. O que eu posso atestar, visto que eu fui Secretário-Geral do PT por 2 vezes e, à época, o Presidente era o Deputado José Dirceu, é que havia ali delegação de poderes. Então, tesoureiro é quem responde. O Secretário-Geral também tem o seu papel estatutariamente definido, regimentalmente definido. Então, hoje, olhando de forma retrospectiva, é público e notório que o Delúbio não só não poderia ter feito, e da forma como o fez, comprometendo a própria credibilidade do PT e nos colocando na condição de ter que dar explicações daquilo que a gente não conhece. Portanto, eu não tenho elementos objetivos, ainda, para responder de forma mais objetiva à sua pergunta. Aliás, eu não sou o único. Tem vários Parlamentares dirigentes do PT que estão fazendo todo um levantamento. Eu espero, sinceramente, que esse levantamento nos dê a resposta.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - E a última indagação, nobre Deputado. Como membro do PT e em função... Nós, atualmente, somos de partidos diferentes, mas estamos vendo, por exemplo, a disputa interna que vai se dar no PT, na próxima semana. A gente sente nas disputas, no próprio depoimento do Deputado... do ex-Prefeito Tarso Genro, atual Presidente; do Ricardo Berzoini, Secretário designado; das pessoas que estão participando da condução do processo de sucessão do PT, que ainda existe uma certa força e influência do Deputado José Dirceu no dito Campo Majoritário, que é uma tendência do PT. Eu lhe pergunto: depois de deixar a Presidência do PT, não deixar o cargo de Ministro, qual o tipo e a



real influência do Deputado José Dirceu nas orientações do comando do Partido dos Trabalhadores?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Na minha opinião, ele detinha um peso político bastante grande. Eu faço referência ao político, porque quero diferenciar daquilo que poderia ser interpretado como parte do efetivo exercício do comando administrativo do PT, até porque, quando alguém é Líder na bancada do PT, automaticamente passa a fazer parte da Executiva. Portanto, em 2004, eu voltei à Executiva pelo fato de ser Líder da bancada. E ali a participação do José Dirceu qual era, dele e de outros Ministros? Quando compareciam na reunião do diretório, normalmente cabia ao José Dirceu fazer ali, digamos, uma análise de conjuntura, uma análise do País, uma análise do Governo. Ele fazia essa intervenção, ele era perguntado, questionado, enfim, com as concordâncias e divergências de praxe, e ele, normalmente, também não ficava durante todo o período da reunião. Então, eu acho que ele manteve e de alguma maneira mantém a influência política de quem foi, durante vários anos, Presidente do PT, influência política. Aliás, ele era tido como um homem forte do Governo. E eu, como Líder, nós inclusive convidávamos alguns Ministros, ele era um dos mais solicitados pela própria bancada do PT, e a bancada do PT nem sempre estava de acordo com determinados rumos do Governo.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Estou satisfeito. Passo o questionamento aos senhores advogados e aos colegas Parlamentares.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Deputado Arlindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Tem a palavra o advogado do representado, Dr. José Luís Lima.

O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA - Sr. Presidente, eminente Relator. Sr. Presidente, eu gostaria de saber da testemunha se, desde o momento em que ela assumiu o seu mandato, ela percebeu em algum momento um movimento dos Parlamentares que indicasse a compra de votos?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não.

O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA - Se a ilustre testemunha teve conhecimento de pagamentos a Parlamentares para troca de partidos políticos?



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Também não.

O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA - Eu gostaria de saber da ilustre testemunha se ela pode esclarecer como atuava o ex-Ministro Chefe da Casa Civil, Deputado José Dirceu, na relação com os partidos e com os Parlamentares.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Olha, vou pegar durante todo o Governo Lula. No primeiro ano, até o início de 2004, o então Ministro da Casa Civil acumulava também a função daquilo que genericamente se chama de coordenador político do Governo. Portanto, ele era, digamos, quem fazia a relação com o Congresso Nacional. Portanto, como eu creio que é um procedimento que se mantém até hoje, quem faz a coordenação política se reúne com o Líder do Governo, se reúne com as Lideranças da base e, em algumas circunstâncias, já houve reuniões inclusive com Líderes de Oposição. Então, eu acho que teve sempre esse padrão. Depois, quando ele assumiu, ficou “apenas” — entre aspas — com a função de Ministro da Casa Civil. Qual era a relação que, da minha parte, como Líder da bancada do PT, eu estabelecia? Quando havia, por exemplo, um determinado tema onde sabidamente havia posições divergentes entre um Ministro ou uma Ministra, eu sempre adotei, até porque é institucional, que quem dava a palavra final em nome do Governo era a Casa Civil, não era nem a Coordenação Política. Na Coordenação Política produzíamos os acordos possíveis, mas se chegasse a hora de votar em plenário e ainda houvesse esse tipo de dúvida, eu consultava diretamente a Casa Civil, e é o que eu continuo fazendo hoje, como Líder do Governo. Se não der para resolver durante um dado período, na hora de votar... Enfim, a Casa Civil, ela sempre procurou fazer o papel de coordenação de Governo, eu acho que dentro dos limites da normalidade.

O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA - Sr. Presidente, eu gostaria também de saber da ilustre testemunha se, durante o período em que o Deputado Federal José Dirceu exerceu o cargo de Ministro-Chefe da Casa Civil, a testemunha o visitou no seu gabinete.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Desculpe, queria saber se...

O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA - Se V.Exa. visitou?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Se eu o quê? Ah, visitei?



O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA - Isso. Na Casa Civil, no gabinete dele.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu fui lá algumas vezes, seguramente.

O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA - Se, nessas oportunidades em que V.Exa. compareceu ao gabinete do ex-Ministro José Dirceu, estavam presentes em algum momento ou em alguma dessas visitas o ex-Tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, Delúbio Soares...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não.

O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA - ...ou o ex-Secretário Geral, Sílvio Pereira?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Também não.

O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA - Para terminar, eu gostaria de saber da testemunha qual o conceito pessoal que ela tem do Deputado José Dirceu.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O Zé Dirceu é uma pessoa extremamente disciplinada. Eu acho que ele é bastante aplicado do ponto de vista da formalidade, porque ele era Presidente do PT e eu, Secretário-Geral — formalmente, eu era o segundo homem do PT ali. Não era tão incomum nós nos comunicarmos ou no mesmo andar ou no mesmo prédio, por escrito, dado que nós tínhamos ali a atitude de que éramos companheiros, mas não éramos uma família. Então, eu acho que ele é formal nas suas relações e eu creio que — é uma terceira característica — ele sempre foi do debate franco e aberto. Estou dizendo porque eu disputei a Presidência do PT e fui derrotado. Nessa oportunidade, ele virou o Presidente Nacional do PT. Mas é homem também do embate político, franco, aberto, e é respeitado e criticado ao mesmo tempo por isso. Então, eu creio que ele, do ponto de vista da militância política, reúne várias qualidades.

O SR. JOSÉ LUIS OLIVEIRA LIMA - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra a primeira inscrita, Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Está acontecendo uma coisa hoje, Sr. Presidente: todo mundo deixa o primeiro lugar da lista aberto e eu acabo me inscrevendo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Ordem alfabética, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Se for assim, está bom.

Deputado, naquela reunião em março, em que o senhor estava presente, como Líder de Governo, e o Deputado Roberto Jefferson informou ao Presidente sobre a existência de mensalão, ele citou, naquele momento, que o Ministro-Chefe da Casa Civil é que articulava esse mensalão? Ele citou nessa denúncia o José Dirceu?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ele citou que o Governo pagava Deputados ou o partido pagava Deputados? O senhor consegue fazer a diferença?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu consigo através da sua pergunta, mas, naquele momento...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Não ficou claro.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não ficou claro.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Depois da solicitação que o Lula fez para obter informações, houve alguma outra conversa, debate no Governo sobre o assunto?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Entre aquele momento que ele falou para o Presidente e que nós então respondemos, como eu já respondi ao Relator, e até surgir na forma mais recente de denúncias do Deputado Roberto Jefferson, não houve nenhuma conversa a esse respeito. Pessoalmente, acreditei que aquilo não existia.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quer dizer que em reuniões de Governo, reuniões de Ministério, em que o senhor, como Líder, participou, não houve essa discussão?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Nunca.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Vou fazer mais uma pergunta. Como Líder do PT, como Líder do Governo, o relacionamento que o senhor já afirmou aqui que tinha com o Ministro da Casa Civil — e o senhor usou a expressão “homem forte do Governo” — mostrava, dava a impressão daquilo que a imprensa



tem divulgado, que a atuação do Zé Dirceu era de um superministro, que ele mandava no Governo e que o Lula era a “Rainha da Inglaterra”?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A pergunta é se...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Se V.Exa. observou, como Líder, que participava de reuniões...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, veja. Eu não quero, digamos, analisar aquilo que é o imaginário que cada um faz das pessoas. Eu acho que o Ministro José Dirceu é como outros. Cada um é cioso da sua Pasta e da sua função. Até porque, eu diria, depois de tantos anos de convivência, muitas vezes você dá o seu próprio desconto, não é? Então, às vezes você está com alguém, essa pessoa pode até fazer uma análise e você, por já ter feito dezenas ou centenas de análises juntos antes, elabora, filtra isso. Então, o José Dirceu... Não há possibilidade de você ter um Ministro ou uma Ministra na Casa Civil que não exerça a função de coordenar governo. Então, é uma função que dá uma responsabilidade grande. Não diminui nenhum outro Ministério. Há outros Ministérios. Se fosse na nossa área, o Ministério da Saúde dá muita responsabilidade e também o Ministério da Fazenda, etc. Acho que é natural que quem seja o coordenador da Casa Civil seja um Ministro ou uma Ministra forte.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Mas não era o Ministro que mandava no Governo?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não. Até porque... vamos fazer uma certa indiscrição. Há um estilo do Presidente Lula, que seguramente delega poderes, mas ele acompanha diuturnamente tudo o que acontece no Governo.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor usou uma expressão de processo de negociação tanto na Liderança, como Líder do PT, como Líder de Governo, e considerou normal no Parlamento, quer dizer, para chegar a consenso ou a condições de votar no plenário ou encaminhar as decisões. Observou, em algum momento, o Ministro José Dirceu cooptar Deputados para votarem junto com o Governo?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não. E não me lembro de ele ter participado de nenhuma reunião, ele sozinho aqui na Câmara, com os Líderes. Eu



não me recordo. Portanto, eu creio que ele nunca participou de reunião aqui na Câmara com essa função ou qualquer outra.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Era o que a gente tinha para indagar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Deputado Arlindo Chinaglia, ainda tentando recuperar essa famosa conversa de fim de reunião de março deste ano, o que exatamente o Deputado Roberto Jefferson disse? E ele se dirigiu diretamente ao Presidente? V.Exa. estava perto? Exatamente não, mas o que a sua memória permite.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu não estava tão perto. Eu já estava mais ou menos distante, porque foi, que eu me lembre, um certo tumulto quando uns já levantaram, outros já levantaram e formaram, naturalmente, grupos. Eu estava mais distante. Eu confesso que a minha reação foi... Eu achei inapropriado, numa reunião que não tinha nada a ver com aquilo, em final de reunião, o Roberto Jefferson falar aquilo. Eu me lembro exatamente dessa minha primeira... foi uma reação até. As palavras foram nessa linha de que estava havendo aliciamento, sei lá o quê. Esse é o sentido de Deputados. Não me recordo sequer se ele usou a palavra mensalão. Se eu fosse aqui ousar dar uma opinião, se eu tivesse que apostar, que eu me lembre, foi no sentido de que, através de dinheiro, estava havendo cooptação de Parlamentares. Digo mais. A sensação que eu fiquei não era nada de votação, mas era, por exemplo, de tentativas de disputa entre partidos para atrair Parlamentares. Tipo assim: um partido tem facilidades no Governo, portanto, atrai mais do que aquele partido que não tem tantas facilidades, sem haver precisão dessas tais facilidades. Mas é muito genérico. Eu reconheço, mas é naquele momento, naquela circunstância. Hoje a gente organiza melhor, porque veio o epíteto de mensalão, tudo o que a gente já sabe. Mas naquele momento, estou puxando a lembrança, o sentido era esse: *“Olha, está correndo dinheiro aí. Isso é ruim e tal”*.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ele se dirigiu ao Presidente?



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ao Presidente e a quem estava em torno ali, que eu não sei quem era exatamente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E qual foi a sua reação imediata?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Achei que aquilo não cabia. Sinceramente, minha reação é que isso não se fala dessa maneira ao Presidente, nessas circunstâncias. Foi a minha reação pessoal.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Também de não dar muito crédito.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Foi. Lamentavelmente, foi. Da minha parte, foi.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - E o Presidente, então, ato contínuo, chamou...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Chamou. Não sei se foi ele ou se foi o Aldo que me chamou. Não tenho certeza, mas o sentido que ele deu foi assim: *“Vem cá, que história é essa? Tem alguma verdade nisso? O que está acontecendo?”*

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas com lágrimas nos olhos?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não. Não sou tão atento a isso.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas as lágrimas do Presidente Lula a gente repararia. O que está havendo e...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Foi isso. A gente falou: *“O que vamos fazer diante dessa questão?”* O que nos ocorreu foi ver o que a Câmara tinha feito. Inclusive, quero comentar o comentário do Relator, quando ele falou que nos sentimos representados pela Corregedoria. É verdade. E a Corregedoria, naquele momento, abriu a possibilidade para toda a Câmara opinar. E ninguém opinou. Então, me senti representado por todos os Deputados.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas não — só para precisar cronologicamente — em março, não após essa conversa com o Presidente, foi antes. Foi quando surgiu a denúncia, em setembro de 2004, no *Jornal do Brasil*.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A denúncia foi antes. Os procedimentos, à época, claro que foram antes. Quando veio a denúncia em março, é isso. Vem cá, o que você faz? Sai perguntando se tem ou não? Se houvesse,



obviamente, ninguém ia falar. Então, nos lembramos do episódio: vamos ver como está aquilo. E eu separei o material. Procurei João Paulo Cunha, que já não era mais o Presidente, ele me relatou. Inclusive o João Paulo fez uma representação a uma instância outra — não sei se foi o Tribunal de Contas — representando contra o jornal, porque ficou caracterizado, porque o Miro fez uma carta dizendo que não era verdade, e o jornal se retratou no dia seguinte. A minha conclusão é que isso aqui não existe.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Isso foi relatado depois, formalmente, ao Presidente da República pelo Ministro Aldo e por V.Exa.?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Quero contribuir...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ele fez essa pergunta?

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Fiz essa pergunta, mas quero contribuir, retrocedendo um pouco ao questionamento de V.Exa. Esse encontro de março, que foi uma surpresa para o Presidente Lula e para os demais, já teria sido a segunda vez que o Deputado Roberto Jefferson comentou com o Presidente sobre o mensalão. A primeira foi o tal baque, o silêncio. A segunda foi a punhalada.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Teria sido em janeiro, segundo ele.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Nessa primeira eu não estava presente. Dessa segunda vez, dado o inusitado, a gente procurou recuperar. Se a própria Câmara não tinha se interessado tanto pelo tema... Porque, com as nossas disputas aqui tão acirradas, até para o bem da democracia, ninguém se animou naquele momento a ir lá depor. Não houve nenhuma proposta de outro encaminhamento tipo CPI. Não, a Câmara se deu por satisfeita. Por que é que eu, ainda que Líder de Governo, ia inventar? O que eu podia fazer, não é? Achamos que aquilo ali estava resolvido. A Câmara... ao arquivar, está resolvido.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Talvez eu tenha me distraído. Em termos do retorno ao Presidente da República, houve?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu que me distraí. Com referência ao retorno, foi dado provavelmente pelo Ministro Aldo. Eu me reporte ao Ministro.



O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Nesse sentido, houve uma investigação na Câmara, e não houve nenhuma comprovação.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não há o que fazer, digamos. Podemos até ter errado. Mas com os elementos disponíveis e com aquilo que a Câmara também não fez... É isso, 513 decidiram assim.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - V.Exa. falou que fez um pronunciamento sobre isso, mas aí já depois da denúncia pública, na imprensa, do Deputado Roberto Jefferson.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Depois da denúncia pública, exatamente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Portanto, em junho agora.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso. Não sei a data. Quando o Procurador-Geral da República... ainda que a correspondência seja confidencial, mas ele mandou para mim e deve ter mandado para outros, fazendo algumas perguntas. Anexei minha resposta, foi o meu pronunciamento. Mandei para o Procurador-Geral da República. Foi o meu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Conhecedor da vida do Partido dos Trabalhadores como V.Exa. é, o senhor atesta que o vínculo, até por identidade política, do Deputado José Dirceu com o ex-petista Sílvio Pereira e com o ex-tesoureiro Delúbio Soares era intenso, do ponto de vista da identidade política.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eram do mesmo grupo. E é claro que, quando você faz uma eleição no PT, que nós sabemos que é disputada, e alguns são escolhidos para representar um determinado agrupamento interno do PT, evidentemente que todos que lá chegam na Executiva são pessoas articuladas, não é? Pelo menos da minha experiência, quando alguém almeja ir para o Executivo, ele passa por negociações internas, normalmente. Então, é claro que tem essa relação política entre eles, e com muito mais gente.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Na Comissão de Ética interna, que fez um pré-relatório, que ficou conhecido, se tornou público, ainda que agora a Justiça mande refazer todo o trabalho, há uma primeira observação de que foi montada uma verdadeira operação paralela, à revelia do Diretório Nacional, do qual



nós fazemos parte, e que isso não poderia ser obra ou engenho de uma pessoa só. Haveria um grupo trabalhando nesse sentido, à margem do conhecimento partidário. O senhor considera isso algo... Foi urdido como? Como é que podemos chegar a essa situação do ponto de vista da força, da influência política e da presença? Será que o Delúbio Soares — é, um pouco, uma pergunta que já foi feita, mas reiterando, não é? — teria essa capacidade de liderança?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja, se o tesoureiro, em dado momento, detecta que precisa de dinheiro e, a partir daí, vai atrás dos recursos... Eu não estou discutindo, digamos, o quão irregular foi. Mas ele pode, e é delegado, e creio que hoje o ex-Presidente José Genoíno deve ter esclarecido isso. O próprio Genoíno, num primeiro momento, negou à revista *Veja*, e uma hora depois ele voltou com a informação correta, porque ele negou que tivesse havido o empréstimo. E nós conhecemos Genoíno, não é? E falo em sentido de que o Genoíno, depois que participou de algumas CPIs aqui na Casa, tinha até por hábito — e aprendi com ele — de toda semana verificar se alguém tinha depositado algum dinheiro indevidamente na conta dele. Então, eu acho que houve ali erros, omissões e abuso de autoridade. Claro de uns e de outros, porque o Genoíno, como Presidente — é inevitável —, não tem como se desvencilhar de que ele falhou na função de Presidente, no que diz respeito à questão administrativa. Então, eu vou relatar aqui uma experiência do PT, pelo menos, que se repetia com freqüência. Quando eu era Secretário-Geral e fazia a ata de reuniões ou do Diretório ou da Executiva, não era raro que os membros de todas as tendências assinassem, e eu escrevia em total liberdade e detendo a confiança. É claro que com as cautelas e com... Enfim, quando eu tinha alguma dúvida, eu também consultava. Mas não havia muita delegação. Que foi paralelo, não há nenhuma dúvida, na minha opinião. Agora, quantos e quem, aí você sabe que ainda nem o PT sabe.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Por fim, o senhor teve ciência, sendo Líder da bancada e, depois, do Governo, dessa presença forte e constante com alguma interferência na administração do Delúbio Soares e do Sílvio Pereira sem terem funções de Governo? Porque, volta e meia, eles mesmos já disseram que se reuniam com freqüência. É evidente que toda aedulcoração do Roberto Jefferson fica por conta da sua imaginação — uma sala especial para fazer negociações...



Mas essa presença e essa relação, que é algo que o partido hoje discute, atesta que havia essa presença, embora nunca tenha se reunido com eles lá.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Olha, você, tanto... O senhor, tanto quanto eu — é duro falar o senhor —, aqui nas reuniões da bancada nós temos uma rotina, enfim, de reuniões aqui no Congresso. Eu não me lembro de nenhuma vez o Delúbio ou o Silvinho estarem em reuniões da bancada, por exemplo. Eu não me lembro. Bem, o Delúbio tem um estilo. Vou dar exemplo do que eu quero dizer com estilo. Quando houve a discussão na reunião da bancada, e o Delúbio esteve presente para explicar para nós, Deputados do PT, aquele projeto da compra da sede, e ele pedia lá — eu não sei exatamente qual era o valor de cada Deputado —, e os Deputados todos, ainda que eu me empenhasse como Líder da bancada para que todo mundo contribuísse... mas era uma pedida alta para os padrões de quem tem de tirar do seu salário e tal. Mas o Delúbio programou a compra de uma sede que era cara. Em seguida, veio o *show*, que deu aquela confusão toda, com a dupla sertaneja. Então, veja... Eu percebia que o Delúbio tinha um estilo — não é? —, uma atitude, enfim, que, a meu juízo, como ex-dirigente do PT, eu achava que ele, digamos, era audacioso. O que eu imaginava é que ele estava respaldado de maneira adequada, e a gente viu que não estava, não é? Portanto, essa influência que ele poderia ter junto ao Governo não havia como nem você nem ninguém saber. A gente consome o nosso tempo, energia, trabalho, aqui, no Congresso, e cada um em seu Estado. Então, é isto: eu não convivi com esses momentos que pode ter havido do Delúbio em outras esferas que não na própria bancada e, claro, nas reuniões do Diretório Nacional.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Mas o senhor consideraria que eles, a terem esse vínculo com o Governo, esse diálogo, essa interferência, teriam prioritariamente também com a Casa Civil ou com algum outro órgão, algum outro Ministério?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja, não passa de uma especulação da minha parte. Eu avalio que o Delúbio teria acesso, digamos, mais natural, por relações políticas pretéritas, com os Ministros do PT — eu estou falando no sentido geral, não é? —, até porque isso ocorre com a gente também, comigo. Se eu vou me dirigir a um Ministro que eu conheço há 20 anos é diferente de quando eu



me dirijo a um Ministro que eu conheço há pouco tempo, ainda que eu não me dirija praticamente a Ministro algum. Agora, como Líder do Governo, é que eu tenho mais esse dever. Mas eu trabalho mais com esta — como é que eu diria? —, com esta avaliação de que você estava lá no PT junto até ontem, ou na Direção, ou na militância, ou num ato público, ou sei lá onde. Então, é mais razoável você telefonar e fazer um contato. Portanto, eu acho que ele tinha... Nessa altura, com tanta CPI, já deve estar tudo passado a limpo, com quebra de sigilos os mais variados. Então, é fácil saber com quem o Delúbio ou outro qualquer tenha feito contato.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o nobre Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ilustre Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, ilustre Relator, Deputado Júlio Delgado, ilustre colega e Líder Deputado Arlindo Chinaglia, nobres colegas, senhores advogados, Deputado Chinaglia, o senhor Delúbio Soares foi tesoureiro do Presidente e Deputado José Dirceu por um bom período — tesoureiro do PT. Um cargo desses é um cargo de extrema confiança da Direção partidária.

Conhecendo o estilo gerencial, o temperamento, do Deputado José Dirceu, eu gostaria de saber de V.Exa. se o Sr. Delúbio Soares seria capaz de tomar qualquer atitude à revelia, por iniciativa própria, sem consulta, sem submeter ao Presidente José Dirceu. Seria ele capaz de cometer uma rebeldia, uma indisciplina à autoridade do Presidente do partido?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O José Dirceu, no exercício da Presidência, e o Delúbio, na Tesouraria, seguramente, pelo menos até onde eu consigo divisar, o José Dirceu acompanharia bastante de perto os passos não só do Delúbio, como da Executiva.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Certo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Por aquilo que eu já comentei, ele era um dirigente aplicado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - V.Exa. foi Secretário-Geral dele também?



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Secretário-Geral do PT.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim, mas ele era o Presidente?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ele era o Presidente.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim. E esse mesmo desenho, formato de gestão, V.Exa. entende que era o seu modelo de comportamento também em relação à Presidência?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Como é que eu diria? Eu também trabalho muito. Quando eu era Secretário-Geral, eu fazia reuniões do secretariado — parece-me que isso se manteve posteriormente —, e o José Dirceu não participava, até porque o cargo de Presidente tem uma função de representação política. Além de assinar a documentação partidária e tal, junto com outros dirigentes e a Secretaria, eu ficava, digamos, cuidando, vamos chamar assim, da organização política do PT. Então, era uma relação respeitosa, até porque eu não era do mesmo grupo político, e não sou, do José Dirceu. Então, nós tínhamos uma relação cordial, respeitosa, mas cada um no seu mister.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim, mas não era uma administração paralela em relação à autoridade do Presidente?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, não. Mas, veja...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Era afinada, identificada?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É que não tem... Como é que eu diria? No PT, é impossível um presidente mandar sozinho. É impossível, em qualquer nível. É impossível.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas alguém mandaria contra ele?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja, se fosse por maioria, seguramente.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim, por maioria.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Seguramente. Ele perdeu votações...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Por maioria, sim, mas não por uma ação individual, isolada?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Também. Podia.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Também?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Também. Vamos colocar no meu caso. Se eu, em dado momento, fizesse a avaliação — eu tinha que ter uma atitude —, eu não ia pedir licença para o Zé Dirceu. O que eu não poderia, como nem ele e nem ninguém, era ter uma atitude, digamos, em nome do PT, que contrariasse ou a questão estatutária, ou regimental, ou a questão programática, que vinha, em outras épocas, nos encontros do PT, ou no congresso do PT. Então, não é assim... O PT é mais difícil, não tem quem manda sozinho, não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu imaginei que ele fosse realmente muito poderoso, mas acho que, pela sua...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ele era.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Era?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Era, era. É, mas isso não significa mandar sozinho. Aliás, o termo mandar... estou falando aqui um pouco fácil demais, mas... ali, todo o mundo é ciente, pelo menos em tese, do seu papel.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Houve empréstimos que foram regulares, assumidos pela Direção do partido, já o Deputado Genoíno Presidente?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois é, eu não estava mais... porque isso, ao que parece, começou aí, em 2003. Eu sequer era do Diretório. Fui para a Executiva, pelo fato de ser Líder, em 2004. Portanto, o que eu sei é o que foi divulgado e o que está sendo, ainda...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas não era do Diretório nesta época?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não. Mas eu creio que essa história de empréstimo é recente.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Recente. Consta que houve empréstimos que o PT considera que foram regulares. Creio que 2 empréstimos, salvo engano.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não sei quantos, mas houve empréstimos regulares, até porque... Enfim, era procedimento habitual de banco, com avalista, com assinatura e tal.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Para que eu entenda como regulares é que dependeriam da aprovação do órgão, da instância competente do partido, com base no seu regimento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não. Eu não tinha interpretado a pergunta, ou comentário, assim...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Certo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas eu, seguramente... Como é que as coisas se davam na questão de finanças, até para contribuir aqui para uma compreensão mais ampla? Normalmente, quando ia prestar conta de finanças, poucos se interessavam, poucos questionavam — falando francamente. Aquilo... era apresentada uma projeção, quadros, e era a prestação de contas. E ali o Tesoureiro, de fato, comandava essa situação. Isso não exclui a hipótese de que além do Tesoureiro um outro dirigente conhecesse mais detalhadamente. Mas era isso. Havia uma relação de confiança, e que resultou profundamente equivocada, vamos deixar claro, não é?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Certo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu tenho certeza de que o PT, a Direção jamais vai voltar a ter esse tipo de atitude no tema.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu tive o cuidado de fazer uma leitura, mesmo aligeirada, do estatuto do partido. Nele, as operações financeiras de crédito teriam que ser objeto de aprovação pela instância competente do partido e não por um lado isolado do presidente ou muito menos do tesoureiro. Então, as operações não seriam regulares.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Do ponto de vista do regimento, então, seguramente, não foram operações iguais, até porque o conjunto da Executiva e da Direção Nacional não sabiam. Seguramente, nesse aspecto, foi completamente irregular.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Agora, pelo fato de ser ele uma pessoa de estreita relação com o Deputado José Dirceu, seja antes do Ministério e a partir do exercício da função de Ministro, V.Exa. admite que ainda assim o Sr. Delúbio tenha tomado essas atitudes à revelia do Dr. José Dirceu?



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu admito, até porque estamos tratando aí de um tema, digamos, bastante delicado. E aí, assim como há aqueles que não só admitem mas que afirmam que ele sabia e comandava tudo, é mais do que razoável admitir o contrário. Eu acho que é plenamente possível que ele não soubesse. Até porque na função, no início do Governo, durante um ano, como Ministro da Casa Civil e ao mesmo tempo coordenador político, era uma sobrecarga de trabalho, imagino, bastante grande, para além disso ficar ali bisbilhotando e cuidando da administração do PT. Existe uma relação formal no PT. Pode ser que nem todo mundo tenha a dimensão, mas seguramente alguns têm. A partir do momento em que o presidente era o José Genoíno, a responsabilidade, inapelavelmente, era do José Genoíno.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É, porque, como V.Exa. disse, o Marcos Valério e a Sra. Renilda declararam, enfática e peremptoriamente, que ele sabia de tudo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu não disse. Eu disse, assim tem quem admita...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu estou dizendo que esses 2 personagens declaram, de forma enfática e peremptória, que o Deputado José Dirceu tinha conhecimento de tudo e de todas as operações financeiras, desses empréstimos com esses bancos, que são do conhecimento nosso. V.Exa. acredita que seja verdade que ele sabia de alguma coisa?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Primeiro, uma observação, até porque o José Dirceu mandou para todos os Deputados a sua defesa. E eu quero, aqui...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas eu quero a sua palavra.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, mas eu quero fazer uma observação a partir do que ele disse, porque há uma divergência entre o que V.Exa. afirma e o que ele afirma.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu estou querendo saber a sua afirmação.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não. Eu não posso me apoiar no que disse ou não disse a Renilda e o Marcos Valério. Porque, também, sinceramente, eu estou acompanhando no geral. A minha opinião, portanto, não se apóia no que disse nem um nem outro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Muito bem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A minha opinião é que eu acho plenamente razoável que ele não soubesse. E respeito quem pensa diferente.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sei. V.Exa. considera que ele é inocente?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja, V.Exa., como Relator, propôs inclusive a cassação por falta de decoro, porque não ficou provado o mensalão; e ele foi acusado de comandar o mensalão. Eu acho que não estamos tão distantes assim. Veja, inocente é uma palavra tão suave entre nós. Mas eu prefiro, então, responder que eu acredito que ele não tem responsabilidade alguma naquilo que ficou conhecido como empréstimos ou “valerioduto”.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Qualquer participação nesse circuito, V.Exa...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu creio que ele não tenha tido.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Muito bem. Acho que tenho mais alguma indagação, para concluir.

O Deputado José Dirceu, que é uma das personagens de maior visão estratégica dentro do Governo e que foi fundamental para a conquista do poder pelo PT, é um homem que pensava a médio e longo prazos. Então, no seu planejamento estratégico, creio que estava também a percepção de alcançar uma meta maior, que seria, no mínimo, a reeleição do Presidente Lula — no mínimo.

E — quem sabe? —, num horizonte mais largo, a projeção da sua própria pessoa como o sucessor do Presidente Lula. Por isso que eu insisto, delicadamente.

E, se V.Exa. concorda que ele é uma das expressões maiores do PT, de inteligência, de habilidade, de estrategista, V.Exa. duvida dessa capacidade que ele teria de poder estar articulando esse planejamento. E, para isso, os recursos seriam fundamentais para esse trabalho, esse projeto de médio e longo prazo.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu queria separar a sua pergunta em duas partes. Primeira: que ele é alguém que há tantos anos está na política e que se orientou por projetos, inclusive projetos de poder, através do PT. É óbvio que ele projetou as suas ações individuais ou coletivas sobre projetos coletivos ou individuais. Portanto, não há como duvidar da sua assertiva. Eu concordo. A partir daí, se concluir que, para dar respaldo a esse projeto do PT, ou até dele próprio, ou de outro companheiro ou companheiro do PT, se tivesse calcado na arrecadação de recursos a partir do Governo, evidentemente não posso concordar, até porque se isso fosse tão natural assim o PT não seria o que, na minha opinião, é. Acho que o PT acabou sendo vítima do erro de alguns. E nós estamos muito interessados em saber quem são os alguns, com essa cautela de sempre dar o direito de defesa.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Vou concluir só com uma indagação complementar. Esses recursos são indispensáveis como meios, como instrumentos...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas eu interpretei a sua pergunta, me perdoe, como algo que já começasse a acumular para o futuro. Os meios são arrecadação de campanha. Estou apostando no processo político democrático eleitoral.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então, esses recursos para os diversos partidos da base — e hoje, comprovadamente, vários partidos da base receberam esses recursos. E eu considero que são práticas que caracterizam corrupção esses recursos que estão aí anunciados largamente pela imprensa, pela forma como foram obtidos, independente da sua fonte, da sua origem. Mas, como foram obtidos de forma irregular, eles são atos de corrupção. Mas são recursos fundamentais para manter uma estrutura de poder com a base aliada. E essa estrutura de poder alimenta o processo para a conquista do poder ou a manutenção do poder adiante, nas eleições subseqüentes, sejam gerais ou não.

Então, por isso, eu acho que dentro de um planejamento estratégico de quem pensa desse modo, ele poderia ser o grande cérebro do sistema. V.Exa. concorda ou acha que, absolutamente, ele não tem nenhuma vinculação com esse estratagema que seguramente envolve o Sr. Delúbio e o Sr. Marcos Valério?



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja, agora eu compreendi melhor. Quando V.Exa. se referia, na pergunta anterior, à arrecadação, tinha interpretado como algo próprio dele, José Dirceu, projetando um futuro. E V.Exa. trouxe para a campanha municipal do ano passado. A prova de que nada disso funcionou é que, segundo o que é relatado por dirigentes ou representantes partidários a partir de todo o escândalo, o PT não cumpriu com aquilo que prometeu. Então, essa capacidade...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Desculpe, não cumpriu totalmente. Em parte, cumpriu.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não cumpriu totalmente, isso. Vamos lá. Então, veja, essa suposta capacidade de planejar, articular e executar fala contra qualquer um que tenha feito. Isso se choca com as suas primeiras considerações de dizer que o José Dirceu é um dos mais inteligentes, um dos mais preparados, dos maiores estrategistas. Mas estou fazendo a observação para responder agora, independentemente da observação. Veja: não há, na minha opinião, ninguém que possa afirmar com segurança — e, portanto, jamais eu o faria — que aqueles que não está provado que estavam no esquema possam ter estado. No mínimo, é uma ilação. Então, a pergunta se eu admito que ele pode não ser, evidente que eu admito que ele não era o comandante dessa operação. Aliás, quando ele veio depor aqui, eu assisti na televisão, ele usou muito “repilo” e, em certa altura, ele deu a entender que se fosse sob a sua coordenação ele não permitiria o endividamento do PT, aquela coisa toda. Enfim, eu acho que no mínimo é temerário alguém afirmar que não só ele, se amanhã alguém apontar um outro e falar que é aquele outro também. É claro que vocês estão aqui com uma responsabilidade de extrema gravidade, que é fazer o julgamento de um colega, de um companheiro, não é?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Muito obrigado. Satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - O próximo inscrito é o Deputado Nelson Trad, mas, para que os Srs. Deputados se orientem no tempo, eu vou citar os nomes dos inscritos na ordem: Deputado Nelson Trad, Deputado



Orlando Fantazzini, Deputado Carlos Sampaio, Deputado Edmar Moreira e Deputado Colbert Martins.

Aí está a relação dos Srs. Deputados inscritos, para que os senhores possam se orientar no tempo.

Com a palavra o Deputado Nelson Trad.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Sr. Presidente, pela ordem. Por gentileza me inclua na lista.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - A senhora vai ser inscrita após o Deputado Edmar Moreira.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobre Líder Chinaglia, Deputadas, Deputados, ilustres advogados, é a primeira vez, desde a instalação dessa fase investigatória, que eu assumo a responsabilidade de perguntar aos depoentes que aqui chegaram. E eu o faço até com certa tranqüilidade, porque V.Exa., como médico, transpira e transmite uma segurança e uma tranqüilidade muito grande. Aliás, os médicos na política são sedutores. O maior Presidente da República do século XX foi Juscelino Kubitschek. Agora nós, advogados, temos uma prevenção histórica até. Os menestréis não admitiam até que tivéssemos padroeiro, e temos: Santo Ivo. Eles cantavam: *“Santo Ivo era bretão e coisa que o povo espanta, era advogado sem ser ladrão”*.

Evidentemente, eu faço esta intervenção porque, pelo menos para a formação de um corpo anatômico, político, neste momento em que estamos investigando, é necessário saber qual era na realidade a anatomia política de governo do PT. E eu acho que é procedente essa minha preocupação, ilustre Deputado Arlindo Chinaglia, porque, evidentemente — e, se não é verdade, V.Exa. já dirá, e fica a minha indagação embutida nesta dissertação —, porque o papel do coordenador político desde a instalação do Governo petista foi o nosso colega Deputado José Dirceu. E eu gostaria, porque na minha simplicidade de Deputado provinciano, mas já com algumas experiências, eu já estive nos anos 60 na mesma margem do rio que estive o meu colega o Deputado José Dirceu, também fui preso político, também fui marginalizado do mundo político, com os meus direitos suspensos por 10 anos, em junho de 1964, ex-Presidente da União Metropolitana dos Estudantes, órgão máximo dos universitários cariocas. Por isso, eu gostaria, porque eu sei a formação marxista



do José Dirceu, que me explicasse como é que se formou esta governabilidade, que eu denomino de amor remunerado, para oportunizar um governo de esquerda com que anos e anos alguns idealistas sonharam e, de repente, virou esta piada que nós estamos vendo em termos de direção de um governo que se instalou no País. Aliás, está muito confuso dizer se da Esquerda ou da Direita.

O Millôr Fernandes tem uma fábula a respeito disso, de um mandarim que tinha um ferreiro do lado direito e outro ferreiro do lado esquerdo, que não deixavam o mandarim dormir. Ele chamou os dois, negociou, pagou em ienes altíssima quantia, e os dois assinaram um contrato de que se mudariam. Dois dias depois o barulho continuava. O mandarim chamou: *“Como é que é? Vocês não cumpriram o contrato?”*. Um falou: *“Cumprimos.”* — *“Mas como cumpriram?”* Aí, o da esquerda, falou: *“Eu mudei para a direita, e o da direita mudou para a esquerda”*. A moral da fábula, evidentemente, todos nós que temos vivência neste mundo, podemos concluir.

Eu não entendo. Eu faço e fiz uma comparação. Quando eu recebi um telefonema, logo após a eleição do Presidente Lula, do Rio de Janeiro, um aviso que o finado Presidente do partido estava negociando com o PT, eu falei: *“Mas isso é impossível”*. — *“Não, mas eles estão nos procurando.”* — *“Mas eu acho que é difícil vocês tocarem um partido nessas condições.”* — *“Não vai ser fácil.”* E ouvi, mais adiante, lá do Rio de Janeiro, o seguinte: *“Não faremos, porque não é o nosso chão e não é o nosso povo.”* Quando eu voltei para tomar posse, estava feita a aliança do PTB, do Martinez, com o PT, do Lula.

Eu estranhei aquela providência. E supus o seguinte... Porque eu via as migrações constantes aqui nesta Casa, mas enorme migração de Deputados que saíam de um lado e entravam para outro. E eu fiz uma comparação — e peço desculpas se for grosseiro — de que se estava criando um projeto de altíssimas conseqüências para o País, inclusive para a formação de uma geração que estava agora se recuperando daquela desgraça que terminou em 1980. É o seguinte: cloacas foram feitas nos plenários do Congresso Nacional, e alguém do Governo estava alocando ali dentro dejetos políticos para compor uma governabilidade, que eu apelidei de governabilidade de amor remunerado.



Eu gostaria de perguntar a V.Exa., de enorme capacidade de suportar alguns momentos difíceis da sua vida política aqui, onde até os seus méritos foram desprezados para o comando de uma situação, eu não sei por quê. Porque algumas vezes eu entendi, porque alguém dizia: *“Não, mas é assim mesmo, porque uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa”*. Quer dizer, dentro de uma filosofia que, na realidade, a gente não conseguia entender. Eu gostaria de saber quem é que idealizou e ideou essa política equivocada e que está custando caro a um partido que nasceu com sonhos e utopia. E V.Exa., por certo, poderá me explicar o papel do Deputado José Dirceu nesse episódio como coordenador político.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Deputado Nelson Trad, primeiro quero agradecer as referências generosas que V.Exa. fez a meu respeito. E V.Exa., eu diria, fez uma abordagem política e uma avaliação política e, ao mesmo tempo, de alguma maneira, eu creio, colocou elementos que eu quero considerar fora da política. Eu quero falar primeiro da política. No primeiro ano do Governo Lula — eu tenho certeza de que outros Parlamentares do PT, se perguntados, traduzirão da mesma maneira —, eu não era Líder e, portanto... Numa bancada que começamos aqui com 93 Deputados, não estávamos habituados àquela circunstância de o Governo decide e a bancada do PT recebe ou projetos, ou medidas provisórias ou reformas. Eu, pessoalmente, sofri muito com a reforma da Previdência. Portanto, havia uma tensão permanente. Por falar na reforma da Previdência, o Instituto Perseu Abramo, instituto de debates, de elaboração e publicações do PT, promoveu lá um debate. Eu fui vencido, digamos, pelo Governo, frente a alguns tópicos da reforma da Previdência. Está publicado. Eu era contra. Mas, como nós todos defendíamos e defendemos um projeto e, portanto, ao eleger o Presidente da República, com a história que tem e com a dificuldade que tivemos, então a bancada do PT, com ranger de dentes, muitas vezes, sempre foi uma bancada muito fiel ao Governo, normalmente votando a favor. Em alguns casos mais raros, houve até quem votasse contra. Enfim, havia, por parte de nós, Deputados do PT, uma dificuldade imensa de interferir nos rumos e decisões no início do Governo. Portanto, se nós não conseguimos ter acesso a determinados temas, aquilo que V.Exa. considerou, de certa forma indagou, de qual era a anatomia política do Governo do PT, a única coisa que eu me lembro é que, numa reunião do Diretório Nacional, foi



discutido que os Ministérios não seriam verticalizados. A preocupação é que houvesse ali um equilíbrio, um sistema de peso e contrapeso, exatamente para evitar que se constituísse, em qualquer Ministério, algum tipo de mecanismo inadequado de gerenciar os recursos públicos. V.Exa. talvez tenha ouvido comentários de gente que falava que assim não dava, porque tinha alguém de um partido, ou sem partido, ou de outro partido, ou alguém que ficou do Governo passado, que era exatamente essa concepção para que a máquina pública fosse bem administrada. A máquina pública. Com referência ao Congresso, o que ocorre? O PT sempre foi muito restritivo nas alianças, eu diria, principalmente nas alianças eleitorais. Quando se assume o Governo, o que ocorre? Num regime presidencialista, num país endividado, se o Governo não tem maioria no Congresso — o País que tinha um Risco Brasil de 2.400 pontos no início do Governo, era um dos mecanismos discutidos para acalmar, digamos, o mercado, porque se não há maioria, a tese é de que o Presidente não tem condições de governabilidade. Portanto, até aí, digamos, não havia sequer a hipótese daquilo que V.Exa. definiu como amor remunerado. Nunca isso foi sequer imaginado, até onde eu sei, por nenhum de nós do PT. Como há aí uma amplitude para quem ouve essa definição de amor remunerado, vou então tentar trabalhar as formas de remuneração, que também falharam. A mais reclamada são as emendas. Em homenagem a este Conselho, quero dizer que no ano de 2004 as verbas liberadas, empenhadas, melhor dizendo, para o PSDB, foram proporcionalmente maiores do que as empenhadas para o PT. Eu tenho isso provado, porque, quando eu viro Líder do Governo e vejo todos os Deputados da base aliada reclamarem que este Governo do Presidente Lula sequer libera emendas, eu fui atrás. O pior é que é verdade. Então, tem Ministros que, pelas suas relações pessoais, têm a sua própria bancada de Deputado que vota com o Governo, diria, principalmente de Deputados que votam com o Governo. Estou falando de uma experiência minha que me atrapalha hoje, porque fica indefensável. Vai lá um Deputado que vota com o Governo na quase totalidade, e ele vê o seu adversário, do seu Estado, ter mais verba do que ele, eu acho que também não é justo. Cargos. Há uma reclamação, desde sempre, de que nesta suposta negociação, porque nunca... como eu não presenciei, eu costumava sempre dizer, como Líder da bancada e como Líder do Governo... Você



não tinha negociado, mas vinha a cobrança para você, que está aqui na Câmara: *“Mas este Governo não cumpre com o que fala, porque foi tratado, que aqui está o currículo, uma pessoa muito valorosa, já passou por todo o crivo da ABIN, não sei de quem, e não há nomeação”*... Então, na minha experiência, se havia amor remunerado, sequer era pago, por aquilo que eu ouvia de reclamações aqui dentro. Não quero com isso negar aquilo que já foi perguntado e respondido por mim, pelo óbvio. Nós fomos surpreendidos por esta, vamos chamar, operação — inaceitável em qualquer partido — exatamente acontecendo dentro do PT. Então, até onde a gente conhece, eu especificamente — e estou falando aqui com total tranqüilidade —, é um episódio que estoura a partir das denúncias do Deputado Roberto Jefferson, não na forma que ele fez, na minha opinião, mas pelas pistas que ele foi dando. Isso resultou nessa circunstância toda de empréstimos e avais e dívidas — e até hoje eu não tenho certeza de qual a dívida do PT. Então, concluindo — e quero ouvir V.Exa. — a maioria que se constituiu foi... No início do Governo, o PT cobrava muito o seguinte: *“Mas, vem cá, isso aqui é um governo de transição?”* Então, no início, para acalmar o PT, falava-se que era um governo de transição, na economia etc. E aí foi... Eu estou falando na economia, sem causar nenhum problema, já que agora sou Líder do Governo, mas havia muita discussão, porque uma boa parte do PT queria outros rumos. Então, foi... Na medida em que foi evoluindo no tempo, o Governo... Aquilo que nós vivenciamos aqui, individual e coletivamente — e eu falo isso até porque os Líderes dos vários partidos, que eu não quero aqui citar para não causar nenhum constrangimento, mas a gente não sabia de nada disso. Então, a minha opinião — que não passa de opinião — é que mesmo nos partidos onde houve aí esse — como é que eu diria de forma suave? —, essas tratativas de financiamento de campanha, que é o que eu quero crer, que é o que até agora está evidenciado, também nos outros partidos me parece que a coisa era restrita, até onde eu sei, com toda a cautela, mas ali foi uma operação de poucos e ruins.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Fico satisfeito com essas perguntas. Não vou divagar, não — sem querer fazer trocadilho —, mas eu vou sonhar que eu estou assim numa auréola de analista político de alta transcendência. O nobre colega sabe que a província é uma escola maravilhosa para se aprender política. Eu venho de uma província de Mato Grosso do Sul, a Capital do meu Estado, Campo



Grande, que é a minha base eleitoral. Ali eu aprendi a conhecer o Governo do PT, em termos de avidez e descontrole na condução da política partidária. Nós temos um Governador lá do PT, que tem o nome de Zeca, Zeca do PT. O PT. Quando empolgou o poder, ele levou para a Assembléia Legislativa 6 Deputados. Seis Deputados, alguns de legendas aliadas. Não é que 6 meses após a Assembléia era constituída de 20 Deputados governistas e 4 minguados gatos-pingados na Oposição? E a coisa veio rolando e, seguramente, com uma inflexibilidade enorme para se gritar, para se falar a respeito daquilo que estava acontecendo. Essa denominação que eu dei aqui, de forma muito constrangida, quero dizer, eu a dei lá em Mato Grosso do Sul, em algumas circunstâncias, ou seja, de que a governabilidade do PT era de amor remunerado e que em algum momento o PT ia se arrepender. Não é profecia, embora 48 anos de vida pública e de vida política dêem para se alfabetizar um pouco e até se tornar profeta em alguns momentos. O PDT, lá em Mato Grosso do Sul, o PL e o PTB, do qual eu fui defenestrado num momento de 2003, esses partidos até hoje estão na base do PT, do Governo lá. Sabe o que é que se diz nos jornais, os dirigentes desses 3 partidos aliados? *“Com o PT em Mato Grosso do Sul, nunca mais”*. Chuparam, chuparam, chuparam, chuparam a laranja e estão jogando o bagaço fora através de um instante que, na realidade, vai custar caro para o PT em Mato Grosso do Sul. Os seus companheiros de movimento, da sua linha, da sua preservação de consciência e de coerência, esses estão marginalizados lá, porque em minoria, mas o Campo Majoritário está forte. O que é que eu quero dizer com isso? Que não nos valeu, em nenhum momento, a abertura de um partido, que nasceu com utopias e sonhos, ter assumido em Mato Grosso do Sul uma célula oligárquica de muito tempo, que hoje está desesperada para reencontrar com os momentos sadios em que se vivia na política do meu Estado. E eu quero dizer para V.Exa., meu querido companheiro, que no Brasil vai acontecer a mesma coisa, porque essa utopia do PT, que o fez nascer para a vida político-partidária, não merece vê-lo sumido, porque ele ainda é uma linha, uma perspectiva concreta para se solidificar e higienizar o sistema político-partidário do País. Por isso mesmo, eu quero dizer a V.Exa. que, muito pesarosamente — V.Exa. veio para cá numa linha irrepreensível, como sempre foi como Deputado. Eu não acredito que o Deputado José Dirceu fez um bem para o



País. Se é o julgamento de alguém neste momento que não poderia fazê-lo, está feito, mais ainda tem um vão no meu coração, para que haja uma luz que mostre que ele, na realidade, não tinha nada a ver com isso. E, aí, eu me lembro de uma quadrinha do Álvaro Moreira: *“Moço, por que choram assim tanto os teus olhos? Não! Os meus olhos não choram, são as lágrimas que choram de saudades dos meus olhos”*.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - V.Exa. não fez nenhuma pergunta, mas pode ter certeza de que me sensibilizei com as suas preocupações; eu diria que não foi de forma paradoxal, mas V.Exa., fazendo todas as críticas que julgou oportuno fazer, no limite, valorizou o PT. E eu recolho, não no plano pessoal evidentemente, mas como militante do PT, todas as observações, principalmente estas, de uma pessoa com a sua experiência e que também, ao dar a sua opinião a respeito do Deputado José Dirceu, o fez com a ênfase da preocupação do que é o certo e o que é o errado, inclusive quando V.Exa. falou que tem uma lacuna, algo assim, um vão no seu coração. Portanto, eu respeito a sua opinião, até porque creio que um partido político e, portanto, qualquer partido político é um instrumento, ele não é um objetivo em si mesmo. Os objetivos são os nossos ideais, são as nossas convicções, é aquilo que a gente acredita que seja bom para a sociedade. E o PT, felizmente, tem dezenas, centenas, milhares de pessoas — e, onde eu vou, eu digo que se querem julgar o PT, comecem a julgá-lo pelas pessoas que se identificam com o PT. Não significa que no PT só entram pessoas que estejam à altura do seu ideário, mas os fatos estão provando, não estou sequer inventando. Mas, como já disse aí um Presidente africano, o fato de defendermos coisas boas, não nos transforma automaticamente em pessoas boas. Então, com a sinceridade que V.Exa. teve, quero dizer finalmente que, no momento em que o Conselho de Ética se reúne para fazer o julgamento de alguém, vocês vão construindo os elementos de convicção e, nesse sentido, a tarefa de vocês é até mais difícil do que a minha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Pois não, Deputado Colbert Martins, para uma questão de ordem.



O SR. DEPUTADO COLBERT MARTINS - Sr. Presidente, em razão do nosso Código, na seção do Processo Disciplinar, art. 12, inciso V, será concedido a cada membro o prazo de até 10 minutos, improrrogáveis, para formular perguntas e tempo máximo de 3 minutos para réplica. Pelo inciso VI será concedido aos Deputados que não integram o Conselho, metade do tempo concedido aos seus membros.

Sr. Presidente, tenho visto aqui intervenções de grande qualidade, não há porque limitá-las, a não ser no tempo determinado pelo próprio Regimento. Eu estou inscrito como suplente e sei que tenho que aguardar todos os titulares. Estou abrindo mão, porque tenho um compromisso agora, mas gostaria que V.Exa. determinasse o cumprimento da questão regimental, porque eu acho que é bem mais produtivo para todos nós e bem mais interessante e de forma finalística para que possamos fazer nossos convencimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Deputado Colbert Martins sua intervenção, sua questão de ordem tem todo o amparo legal, e haveremos de respeitá-la.

Companheiros Deputadas e Deputados, embora tenhamos uma postura bastante democrática, e isso tenha nos permitido também adquirir ensinamentos com as intervenções ricas em fundamentos, vou solicitar aos senhores que se atenham ao tempo previsto no regulamento.

Concedo a palavra Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, ilustre Deputado Arlindo Chinaglia, se o Deputado Nelson Trad avançou no tempo, por certo, avançou no meu, porque não o usarei na sua totalidade.

Quando ouvia o Deputado Nelson Trad falando, se não soubesse que era S.Exa., eu pensaria que era um companheiro do bloco da esquerda do PT, pela forma tão conhecedora e profunda de como o partido vem se portando. Pensei que só nós, da esquerda do PT, estranhássemos a política de aliança que fora feita pelo meu partido, mas vi também que V.Exa. estranhou, quando ainda integrava o PTB, até porque é público, notório e óbvio para a sociedade que os dois partidos defendiam posições antagônicas historicamente.



Espero que a sua profecia se concretize. Os profetas prevêem o futuro, então espero que o PT se arrependa de suas políticas de aliança a tempo, inclusive ainda neste momento em que governa este País. Mas espero, com toda a minha franqueza, que V.Exa. seja um profeta nesse aspecto.

Vou fazer apenas duas perguntas ao Deputado Arlindo Chinaglia. V.Exa. afirmou que era impossível o Presidente, no caso José Dirceu, mandar sozinho. Depois reafirmou que no PT ninguém manda sozinho. E o tesoureiro do PT, ele tinha condições de decidir sozinho?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Evidentemente que era uma consideração de natureza política, e é o que eu penso. Quando se trata do tema da tesouraria, que resultou nos fatos públicos e lamentáveis, eu não creio — e usei até as nossas disputas internas como elemento indireto de reflexão e também de prova de que aquilo foi feito por alguns. Portanto, se não vem a público, não há como haver controle. Então, acredito que aquilo foi feito de forma paralela, como o Deputado Chico Alencar falou, de forma reservada, de uma forma suave e que, portanto, nessas condições, se não se coloca na mesa o que está sendo feito, não se trata de comandar sozinho, trata-se de agir sozinho sem o conhecimento dos demais. E é uma ilegalidade, como foi observado inclusive pelo Relator Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - V.Exa. foi Presidente estadual do PT, foi meu Presidente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Lembro-me de algumas conversas.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Inclusive, não teve meu voto, mas foi meu Presidente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu fui da esquerda aquela época. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não havia outros candidatos de esquerda. Mas me recordo, na Presidência de V.Exa., e como Secretário-Geral também, de que as questões financeiras do partido nunca foram decididas isoladamente, individualizadas, pelo tesoureiro. Poderia até haver problema para



fazer o pagamento das contas, mas se tivesse de fazer algum empréstimo, um financiamento, sempre era apresentada uma proposta, e essa proposta era debatida e discutida em encaminhamento.

V.Exa. recorda-se bem disso e, no caso parece-nos — V.Exa. não fazia parte do Diretório Nacional — que não foi o procedimento adotado. Mas quando Secretário-Geral, V.Exa. era de uma corrente do partido, o Presidente José Dirceu, de outra. O Tesoureiro Delúbio era da corrente do Deputado Federal José Dirceu, portanto, tinham laços estreitíssimos, por serem da mesma corrente. V.Exa. acredita que o Delúbio nunca tenha tratado da problemática financeira do partido com o Deputado José Dirceu, à época Ministro? Embora eles tenham uma convivência, se não me falha a memória, o José Dirceu, como Presidente do PT, e o Delúbio, como tesoureiro, quase de 10 anos, ambos. Então, se o partido, nesse período todo foi praticamente administrado em plena sintonia entre o Deputado José Dirceu e o tesoureiro Delúbio, que coordenaram campanhas, a campanha de 98, a campanha de 2002, quer dizer, havia uma afinidade, um relacionamento estreito entre ambos. Mesmo o Deputado José Dirceu, deixando a Presidência e indo para o Ministério, o senhor acredita que o Delúbio jamais tenha feito qualquer menção ao Ministro dizendo: *“Estamos em uma situação financeira precária, lastimável”*? Aí é uma questão também de opinião. O senhor acredita que não houve em função de todo esse relacionamento existente?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Deputado Fantazzini, V.Exa. mesmo observou que é uma questão de opinião. Qualquer um, portanto eu também, colocado diante dessa disjuntiva, você pode falar: *“Não, tem 50% de chance de sim e 50% de chance de não”*. Até porque sabemos que está em jogo o mandato do Deputado José Dirceu. Se eu fosse proceder a uma análise, digamos, nessa toada, havia uma relação política há muitos anos dentro do PT. Tendo o José Dirceu sido Presidente e, como tal, seguramente cuidado das finanças do PT, junto com o Delúbio, mas não é tanto tempo assim, porque antes do Delúbio eu era Secretário-Geral e a Clara Ant. E, digamos, eu participava de discussões também das dificuldades e das penúrias do PT. Porque tínhamos preocupações. Aliás, nem sei como está isso. Mas eu, no PT estadual, nós recuperamos as finanças do PT e fizemos questão de pagar, por exemplo, o INSS, porque, naquele descuido, naquela



coisa não tão profissional... Então, são momentos em que, com todo o esforço na Direção Nacional, desde sempre para o PT sobreviver a duras penas ali, com arrecadação, com essas contribuições dos filiados e tal. Sinceramente, pensando comigo mesmo: *“Mas o Delúbio fez tudo sozinho. Isto é crível?”*. É o que a militância toda se pergunta. Quero dizer que também sofreria a tentação — e sofro — de falar: *“Mas com quem que o Delúbio fez?”*. Porque foi erro demais, foi acúmulo demais, foi ousadia demais. É óbvio, penso politicamente dessa maneira. Agora, quando o Delúbio diz que fez sozinho... Porque eu quero raciocinar aqui, até para tentar dar uma opinião. Por que é que o Genoíno não sabia, e o José Dirceu teria que saber? Então, é uma outra coisa que temos de nos perguntar. O Genoíno era o Presidente Nacional do PT e é igualmente experiente. E o Genoíno, eu vi na imprensa, quando pegou a aposentadoria — cada vez que um Parlamentar deixa de ser Parlamentar e tem direito à aposentadoria sempre há uma ou mais observações críticas. Mas quero registrar que o Genoíno poderia ter ficado com o salário do PT e o salário de aposentado como ex-Parlamentar. E não o fez. Quero fazer o registro, porque se ele fosse alguém que se orientasse por acúmulo pessoal de dinheiro, ninguém sequer teria ficado sabendo, nem nós do PT. E ele teria pego o dinheiro da aposentadoria e somado ao seu salário de Presidente do PT.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor me permite? O Genoíno não é do Campo Majoritário nem da mesma corrente do Delúbio.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ele passou a ser.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O Genoíno é da democracia radical.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Ele era. Mas o Campo Majoritário foi uma composição da antiga articulação mais a democracia radical e outros agrupamentos que não saberia precisar nitidamente. Mas o Genoíno virou Presidente na condição de representante do Campo Majoritário, sim. Então, veja: quando falo da honestidade do Genoíno, até porque ele não está sendo julgado... E, portanto, por que é que eu vou duvidar da palavra do Genoíno quando ele diz, e o Delúbio diz que o Genoíno não sabia, e ele era o Presidente Nacional do PT? Em decorrência disso, agora chegando à sua pergunta, se o Genoíno não sabia, eu



admito como verdade que o José Dirceu também não sabia. E, digo mais: pela experiência do Zé — e fiz referência quando ele veio aqui —, se não fosse para além da questão da moralidade, do uso indevido do dinheiro sem prestação de contas, eu percebo, assim, que o Zé tomou, até aqui, quando veio depor, eu não sei qual a percepção que vocês tiveram, quase como uma ofensa porque ele até caracterizou como incompetência tudo o que foi feito para além da questão da moralidade. Então, veja: enquanto o Delúbio disser que foi ele, enquanto o Delúbio isentar o José Dirceu, eu também vou isentar o José Dirceu. Por quê? Porque eu não me sinto no direito de concluir aquilo que eu não sei. E é a atitude que eu estou tendo — vou falar claro — frente às acusações que estão havendo contra o Severino Cavalcanti. Não quero fazer aqui nenhum julgamento também, mas sempre quero que haja o direito de defesa e que haja elementos de convicção. Então, chega no limite que é a convicção que há os fatos objetivos e subjetivos. Portanto, eu não tenho nenhum elemento de convicção para dizer que o José Dirceu sabia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputado Fantazzini.

Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, Srs. Conselheiros, nobre Relator, ilustre depoente, Deputado Chinaglia, por quem tenho o maior apreço. Queria aproveitar uma deixa da pergunta do Deputado Fantazzini e até mesmo com base nas suas reflexões, também penso como V.Exa. que o Presidente Genoíno tem uma postura que leva à conclusão de ser uma pessoa proba em todo sentido. E não lhe fora dado nem outorgado nenhum comando de ações de governo, mas, sim, de ações no partido, e acho que negligenciou, deixou de vigiar, como deveria, na condição de Presidente. Mas lembro que o Presidente Lula — e disse isso aos dois depoentes que o antecederam — disse ao Brasil todo, ao apresentar o Ministro José Dirceu: *“Este é o capitão do time”*. E é o que reproduz uma pergunta que fiz aos outros, que também depuseram no dia de hoje: V.Exa. conhece capitão de time que não saiba a posição dos jogadores, a função de cada um dos integrantes desse time, ainda mais quando esse time foi construído, e, segundo o próprio Ministro José Dirceu em seu depoimento, entre as suas funções, estava a de formar a base aliada? Esta a primeira pergunta.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A função do Ministro José Dirceu de capitão do time era, naturalmente, a coordenação de governo. O que foi feito, do que tenho conhecimento, foram alianças para as eleições de 2004 — é o grosso, parece-me, de toda a movimentação financeira —, e o José Dirceu não era mais o capitão desse time, que era o PT. Ele tinha sido. Então, veja...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu me refiro a capitão no sentido de comandar a base aliada no Congresso, não com relação às eleições.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso. Eu sei. Mas há um pressuposto na sua pergunta que, até onde eu percebo, V.Exa. trabalha a idéia de que a composição da base aliada passaria por aquilo que o Delúbio fez. Eu parto de outro pressuposto. Eu trabalho com a idéia de que o Delúbio, equivocadamente, desastrosamente, irresponsavelmente, trabalhou a questão de financiamento em campanha. Por isso é que faço essa separação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Uma pergunta bastante objetiva: pela convivência que teve por anos como Deputado e também como Líder, V.Exa. diria que o Deputado Roberto Jefferson tinha, na condição de Parlamentar, uma postura condizente com a história do PT?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A pergunta é ampla,...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Geral e irrestrita.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ... ainda que objetiva na forma. Eu vou aqui retratar algo de que depois eu fiquei até um pouco envergonhado comigo mesmo. Eu cheguei aqui em 1995 e, no primeiro embate que eu tive com o Deputado Roberto Jefferson — ele é um orador forte, e eu, na época, cheguei com muita gana, eu era da Oposição —, eu procurei, diria, desqualificar os argumentos, a partir dos interesses que ele representava, na minha opinião, naquele momento, e disse que ele era da tropa de choque do Collor. Então, no plano político, no início da minha vida parlamentar, é claro que eu via o Deputado Roberto Jefferson como representante de uma posição política que era a antítese daquilo que eu queria representar. No convívio no Parlamento — eu acho que cada um elabora da sua



maneira, evidentemente —, vendo as intervenções e até as provocações que o Deputado Roberto Jefferson fazia para cima do PT, digamos, reagia na política, mas intimamente eu aplaudia o talento de ele bater duro em cima do PT, praticamente durante todo o período. Quando vem o Governo Lula e há essa composição e se compõe a base aliada, o próprio Roberto Jefferson mudou o seu discurso, ainda que, vez por outra, na condição de Líder do PTB, ele dava uns tapinhas no PT, na linha de mostrar que o PTB era coerente, não é? Então, ele fazia a defesa da reforma da Previdência, da política econômica. Quer dizer, o PTB era coerente. O PT é que tem dificuldade em apoiar o seu Governo. Veja, quando chegou ao nível de composição da base aliada, eu diria que, mesmo no PT — vou fazer uma comparação difícil —, a unidade passou a se dar em torno do Governo Lula. Como é que então elaborava isso? Foram o PTB e outros partidos que vieram a apoiar o Governo Lula, que é o Governo que nós elegemos e, portanto, nessa condição, é bem-vindo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. tem conhecimento de que o tesoureiro Delúbio esteve à frente da campanha do Presidente Lula na última eleição presidencial?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Fazia parte da coordenação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Particularmente, na parte de arrecadação, tesoureiro que é?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu imagino que sim, não é?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Digo isso porque V.Exa. hoje fez uma afirmação bastante enfática, evidente que se referia ao Governo. Faço esse registro. V.Exa., se referindo ao Presidente Lula, disse: *“Ele delega, mas acompanha tudo o que ocorre no Governo”*. Eu posso inferir que na campanha ele também tinha essa mesma postura?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - De delegar, mas acompanhar?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não. Não pode, até porque cada um aqui tem a sua experiência de campanha. Mas eu apoiei vários candidatos majoritários. E, por uma função ou outra, normalmente, eu estava em algum grau de



coordenação. Candidato majoritário dificilmente acompanha, ele tem é que fazer a campanha e pedir voto, o resto é a coordenação de campanha que toca.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Neste particular, eu concordo com V.Exa. Estaria correta a minha afirmação, Deputado Arlindo Chinaglia, de que o PT, ao longo da sua trajetória, sempre foi um árduo defensor da tese de que toda e qualquer denúncia sobre o Governo deveria ser apurada?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Concordo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Diante da resposta de V.Exa., eu posso concluir que o PT mudou de opinião na medida em que, à época inclusive que o Deputado José Dirceu era Ministro, o Partido dos Trabalhadores, não em uma, mas em mais oportunidades, fez de tudo para evitar que uma CPI fosse instalada, particularmente no tocante à CPI dos Correios, fez tudo o que pôde e, às vezes, até ultrapassando o limite do aceitável para impedir que ela fosse instalada? Houve uma mudança de postura?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Primeiro, eu quero dar o testemunho para depois fazer a análise. Todos os momentos em que o PT se posicionou contrário à instalação da CPI não foi uma decisão fácil, mesmo daqueles que apareciam, como eu, falando contra a instalação num dado momento da CPI — para ser bem franco. Por que isso? Porque é quase uma confissão, mas não é. É que o PT, quando questionam: o PT mudou de posição? Não, mudou de função, então você não governa com as mesmas atitudes de oposição. Não é fácil, principalmente para o cidadão, aceitar o que eu estou falando e o que o PT, em alguns momentos, fez. Mas é isso. É a minha opinião. Veja, quanto à CPI dos Correios, agora eu vou fazer uma observação que é de natureza política, nitidamente. Lamentavelmente, na minha opinião, a CPI dos Correios pode dar razão àquilo que eu falava. Quando apareceu um funcionário dos Correios pegando a propina, foi naquele momento que a gente falava: “Não é necessário CPI, porque a polícia vai investigar, a Corregedoria vai investigar, vai-se fazer a revisão de contratos”. Aí falaram: “*Não, a Polícia Federal é chapa-branca, a Corregedoria, não sei o quê, não vai dar certo*”. Quando o Deputado Roberto Jefferson fez as denúncias, imediatamente, eu e vários Deputados do PT e também os Líderes da



base aliada, mudamos de posição e protocolamos um pedido de CPI, com mais de 200 assinaturas, que foi essa que resultou na CPI da Compra de Votos. Até o momento, talvez a CPI dos Correios tenha produzido muito menos do que deveria ter produzido na investigação dos Correios. Por isso que eu digo, precisa tomar cuidado, senão vai nos dar razão, que aquela CPI não é necessária para investigar os Correios. E a prova de que o trabalho da Polícia Federal não é chapa-branca é que a CPI dos Correios e outras estão pedindo o trabalho da Polícia Federal para poder se orientar, o que é bom. Até agora, a CPI dos Correios produziu muita coisa, mas pouco, com referência à CPI dos Correios.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - V.Exa. me permite também só uma ponderação? Movimentos foram feitos, sim, pelo PT. Foi feita uma solicitação expressa do Presidente Genoíno a vários Deputados, inclusive membros desta Comissão, que retirassem suas assinaturas. Movimento efetivo. Um. O outro movimento, V.Exa. deve se lembrar, havia um parecer contrário à CPI dos Correios na Comissão de Constituição e Justiça. Isso na quinta. No domingo, quando foi dada a entrevista pelo Deputado Roberto Jefferson, houve todo um problema, na terça-feira. Inclusive, eu tive a honra de participar no sentido de fazer uma redação dando a constitucionalidade, porque o parecer era contrário. Portanto, um segundo movimento, que reputo no sentido de impedir a CPI.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, veja...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Só para concluir. E o terceiro, para mim, foi o mais aviltante, foi a ida do ex-Ministro José Dirceu à residência, ao apartamento do Deputado Roberto Jefferson, solicitando que ele tirasse a assinatura e com ele toda a bancada do PTB. Então, foram movimentos efetivos para impedir que ocorresse a CPI, no meu entender.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu queria fazer uma observação com referência à Comissão de Constituição e Justiça. Ali não foi um embate menor, na nossa... na minha opinião, porque, como V.Exa. observou — e V.Exa. de fato contribuiu para se dar a redação, e foi negociada essa redação, alguns estiveram na delegação, e V.Exa. foi um deles —, de dar a redação que compatibilizasse aquilo que nós, digamos, exigíamos do ponto de vista político e também regimental, que



era o fato determinado. E na seqüência...porque ali houve... Foi exatamente nesse período, eu já disse, que houve mudança de opinião. Então, nós falamos: "Vai ter que ter CPI, porém, tem que ter o fato determinado". Foi isso. Com referência à ida do... não foi só do José Dirceu. Na época, foram o José Dirceu...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - E o ex-Ministro Aldo Rebelo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA -... e o ex-Ministro Aldo Rebelo. Foram no intuito, digamos, da operação política, porque, entre outras coisas, o Deputado Roberto Jefferson, creio, nessa época, já estava dizendo que o Governo tinha colocado a Polícia Federal para persegui-lo. Então, ali tinha um outro componente, quer dizer: *"Olha, o Governo não está com uma atitude persecutória sobre o Roberto Jefferson ou o PTB"*. Estava muito tensa a situação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Os dois depoentes que o antecederam, os ex-Ministros Aldo Rebelo e Eduardo Campos, afirmaram que essa postura do Ministro José Dirceu era perfeitamente compreensível, na medida em que já havia uma investigação por parte da Polícia Federal, da Corregedoria e do Ministério Público.

V.Exa. concorda com a ponderação deles de que não tinha porquê a CPI, porque, concomitantemente, a Polícia Federal, a Corregedoria e o Ministério Público já estavam apurando o fato?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Antes da denúncia do Deputado Roberto Jefferson, era o que a gente avaliava mesmo. A gente acreditava que... Veja, uma propina de 3 mil reais; um funcionário fazia lá uma série de denúncias envolvendo principalmente o Deputado Roberto Jefferson, falando que havia um esquema de arrecadação, e o Deputado Roberto Jefferson lá na Polícia Federal falava que o Governo tinha colocado a ABIN em cima dele. Na verdade...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA -... eu creio que era a Polícia Federal investigando a questão dos Correios. Mas é apenas uma dedução.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não, não. Digo assim, a afirmação feita pelos que o antecederam foi no sentido de que não havia muito sentido a CPI.



Portanto, estavam justificando a ação do Ministro José Dirceu, na medida em que a Polícia Federal e o Ministério Público já estavam investigando o fato.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A minha dificuldade aqui... Eu entendo. Veja, é que eu não sei se naquela ida... Vou dizer a minha opinião, que pode estar em concordância ou não com a dos anteriores. O que para mim foi o elemento potencializador de que tinha que ter CPI foi que ali não era uma questão de um funcionário, era uma denúncia muito maior.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Entendi.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, enquanto...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Mas foi... que não fosse... É o inverso do que estou dizendo. Eles se referiram ao fato de o Ministro José Dirceu ter solicitado a retirada da assinatura.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Porque estava nessa fase agora, eu creio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Então, estava nessa fase e o argumento deles, como não tinha ainda a questão da...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu concordo, digamos, com o argumento.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Concorda com o argumento.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Concordo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eu estou dizendo isso porque eles próprios se referiram, depois, ao episódio da compra de votos, que segundo eles teria ocorrido no Governo Fernando Henrique Cardoso. Eu não integrava a Câmara como Deputado Federal. E, segundo eles, houve toda uma manobra por parte da Presidência da República para evitar investigação. Portanto, não se instalou CPI à época. Mas pensássemos como os que o antecederam. E agora, com a concordância de V.Exa., também agiu bem o PSDB à época, porque já havia investigação pela Polícia Federal e pelo Ministério Público. Minha conclusão está errada?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja, eu diria que o ponto de identidade entre os Governos é que eu não encontrei ainda um Governo que



estimulasse CPI contra ele próprio. Agora, eu vou dizer que os elementos, as evidências da compra de votos naquele momento eram infinitamente graves. Eu vou falar porque eu estava aqui. Tanto é que houve renúncia de Parlamentares e, portanto, ali... Veja, nunca o Presidente Lula veio a público falar contra a CPI, como foi à época o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Pegue uma entrevista dele, que ele deu, se não me engano, à *ISTOÉ*, em 1997. Aliás, a Corregedoria-Geral da União surgiu para impedir, digamos, politicamente dizer que não era necessária uma CPI que foi proposta por nós para investigar corrupção.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Só mais um registro. O Presidente Fernando Henrique também nunca pediu ao Ministro que fosse à casa de ninguém retirar uma assinatura.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas quem te disse que o Presidente Lula pediu?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Bom, talvez o Ministro tivesse ido por vontade própria.

Mais duas perguntas, tão-somente. V.Exa. entende que ainda não existem elementos a comprovar o mensalão, ou desse o nome que se quiser. Inclusive foi colocado num tom poético aqui pelo Deputado Nelson Trad, esqueci-me da expressão que ele usou, mas... "*amor remunerado*". V.Exa. entende que ainda não existem esses elementos?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Com referência à ... Perdoe-me.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - A um eventual pagamento de Parlamentares, seja para qualquer coisa, para votar, porque recebia uma cota.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Vou pegar um exemplo, então, de alguém do PT. Vou pegar o Professor Luizinho. Ele era Vice-Líder do Governo no primeiro ano, e depois, durante uma boa parte do segundo ano, uma parte, e depois virou Líder do Governo. Eu pego esse exemplo, é claro, é absolutamente conveniente para o que eu quero dizer. Imaginar que porque um funcionário dele foi lá pegar 20 mil reais, isso caracterizaria o chamado mensalão...

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Nessa hipótese, acho até que me coloquei mal porque seria até hipocrisia de qualquer um de nós.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro. Mas eu quero estender para todos os Parlamentares do PT. Não tinha nada a ver com a governabilidade.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Aí existem duas denúncias: de Caixa 2 e...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Com relação aos Deputados da base aliada, eu queria reformular a pergunta porque V.Exa. tem razão nas suas ponderações.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja, eu não tenho nenhum elemento para crer que tenha havido pagamento e, portanto, *“amor remunerado”* para votar matérias.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Nem com relação a esses saques?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Nem o quê?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Com relação aos saques vultosos feitos em períodos bastante claros, ou seja, com periodicidade, que foram já verificados e, portanto, demonstradas as movimentações bancárias na CPMI dos Correios?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Veja, de tudo o que foi falado, inclusive pelo Roberto Jefferson... O Deputado Roberto Jefferson disse o seguinte: *“Olha, a bancada do PT está isenta. A bancada do PT não tem nada a ver com isso”*. Ele falava em Delúbio, Genoíno e não sei mais quem, Silvinho e tal. Bom, e ele então atribuía determinadas derrotas do Governo porque a fonte tinha secado. Ele falava que tinha os não sei quem de biquinho aberto. É uma imagem forte. Mas eu já ouvi alguns embates, não aqui no Conselho, mas nas CPIs. Inclusive, quando o Deputado Sandro Mabel foi questionar, ele apresentou — eu não tenho aqui —, mas ele mostrou que naquelas votações, primeiro, o PTB tinha votado igual, nos percentuais iguais. Portanto, o Roberto Jefferson, o Deputado estaria comprometendo a sua própria bancada, o que o Roberto Jefferson evidentemente não queria. Segundo, em algumas das votações mais importantes e difíceis houve — e eu quero ressaltar, não foi por nenhuma conveniência menor, foi por convicção — apoio do PFL e do PSDB, ou pelo menos de parte dele. Portanto, eu tenho essa



tranqüilidade, que nas matérias mais difíceis, eu não quero puxar a base aliada, eu quero puxar a Oposição, até porque ela está isenta nesse processo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Última pergunta que faço a V.Exa. V.Exa. ponderou hoje aqui que entendeu inoportuna a abordagem por parte do Deputado Roberto Jefferson ao Presidente da República, ao final de uma reunião, sobre o mensalão. V.Exa. entendeu que o momento era inoportuno mesmo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Entendi mesmo. O momento e o Presidente... Veja, quando fui Deputado da Oposição denunciei a questão do SIVAM, e o contrato teve que ser refeito. Acho que ali o Brasil perdeu muito dinheiro. Depois, eu denunciei o tal do xerife dos preços, que era o Dallari. Ele caiu da função que exercia. Então, não creio que um Parlamentar deva transferir aquilo que ele tem de elementos de convicção, de prova, para quem quer que seja, ainda mais o Presidente da República. Então, por que é que vai colocar, digamos, para o Presidente... Eu diria assim, pela liturgia do cargo, incomodou-me e também pela inoperância de um Parlamentar. Creio que o Deputado Miro Teixeira, não sei se foi aqui no Conselho, explicou que convidou o Deputado Roberto Jefferson para ir para a tribuna, que era o apropriado. Todo mundo tem mandato. Então, achei inoportuna por dois motivos, portanto. O Presidente abordar isso sem apresentar algo mais consistente, achei de fato inoportuno. É uma transferência. Falo ao Presidente por quê? Por que o Deputado não bota para quebrar?

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Só fiz essa pergunta porque, como o Deputado Roberto Jefferson aqui no Conselho de Ética disse que havia comentado o assunto com 3 Ministros e nenhum havia tomado uma atitude concreta, imaginei que talvez, independentemente da inoportunidade, fosse a oportunidade derradeira para ele falar ao Presidente diretamente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É uma hipótese que tem lógica, mas ela só passa a ter lógica por dois motivos. É acreditar que, de fato, o Deputado Roberto Jefferson falou para 3 Ministros.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Eles confessaram isso. Eles confirmaram.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas isso só surge, para mim... Estou dizendo aquilo que senti no momento. Primeira coisa, você tem que dar crédito ao que o Deputado Roberto Jefferson falou. Não estou discutindo se ele afirmou corretamente ou não. Segundo, dadas todas as evidências posteriores, aí sim, fazia algum sentido. Fazia, mas naquele momento eu reagi intimamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Agradeço muito a V.Exa. a paciência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Foi um prazer. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Com a palavra o Deputado Edmar Moreira. Em seguida, a Deputada Ann Pontes, e fechando com o Relator nossa audiência de hoje.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, Deputado Josias Quintal, Sr. Relator, nobre Deputado Júlio Delgado, meu caro Líder, nobre Deputado Arlindo Chinaglia, que é exemplo de competência, seriedade e lhanza de trato aqui em toda a Casa, Srs. Conselheiros e Sras. Conselheiras, vou ser como sempre absolutamente econômico na minha participação. No decorrer dessa participação, que não vai mais de 2 minutos, com certeza vou deixar gravadas talvez duas ou três indagações que, mercê da competência do nosso convidado, ele vai registrá-las e respondê-las.

Sr. Presidente, a participação do Conselho de Ética nessas apurações realmente é muito difícil, porque vejo falar muito em julgamento político. O que é julgamento político? Julgamento político é fazer justiça? É fazer injustiça? Acho que absolutamente não. Acho que temos que fazer um julgamento, acima de tudo, eminentemente técnico. O Conselho de Ética tem se havido bem, modéstia à parte, mercê da competência de todos os senhores e todas as senhoras, porque aqui nos desvinculamos absolutamente de partido, de ideologia. E há que haver uma trincheira nesta Casa para que possamos dar uma resposta à comunidade, à sociedade brasileira como um todo e até a nós mesmos.

Então, orgulho-me de estar pertencendo a este Conselho de Ética, talvez dentro das minhas limitações, a peça mais simples desse mecanismo. Mas estamos



aí nos havendo dessa incumbência que não é nada gratificante, porque nós temos que julgar nossos colegas. E até mesmo se fosse me dado fazer uma sugestão, teríamos aqui, caro Dr. Arlindo Chinaglia, de instalar — por que não? — uma comissão de ciências ocultas e assuntos aleatórios, porque não temos o poder de penetrar no foro íntimo, na consciência de ninguém, absolutamente não é o nosso papel. E veja bem, a pessoa que vem, meu caro Presidente, como testemunha do representado, se não é uma situação de suspeita — excepciono também a pessoa de V.Exa., Dr. Arlindo —, pelo menos é uma situação incômoda, porque é a testemunha apresentada pelo representado. Mas isso não deixa as suas declarações, as suas assertivas sob suspeita, absolutamente.

Com certeza o senhor está sendo levado por um chamamento de amizade, de companheirismo de partido e, acima de tudo, para mim é o mais importante, o senhor está prestigiando este Conselho de Ética com sua presença nesta noite.

Para chegar à pergunta propriamente dita que eu gostaria de fazer... Eu vou e volto, e não estou sendo repetitivo, porque fiz em outras sessões. É como se fosse aquela série, *Vale a pena ver de novo*. A minha grande indagação, Dr. Arlindo... Não sei se as várias tendências do PT são mais disciplinadas do que disciplinadoras, ou são somente disciplinadoras e não são disciplinadas, ou se só são disciplinadoras e não disciplinam.

Vou justificar esse jogo de palavras. Tenho para mim que em cada tendência dessa que a gente ouve dizer que há no PT... Da tendência majoritária o nobre Deputado José Dirceu é a liderança máxima. Coincidentemente também pertencem a essa tendência o Sr. Delúbio Soares e o Sr. Silvio Pereira, se não me engano. O senhor me corrija se eu estiver errado.

Então, tenho para mim, pela história que hoje até o nobre Deputado Aldo Rebelo, com muita riqueza de detalhes, contou para nós, a história de luta, a história combativa e da personalidade do Deputado José Dirceu, que o senhor com certeza... talvez conheça muito mais do que nós, pelo fato de ter lidado com ele administrativamente, em termos de partido e de campanha.

Então, a pergunta que não me cala é que existe essa hierarquia, existe esse mando. E foi tal esse volume de dinheiro, Dr. Arlindo, por intermédio desse



cognominado “valerioduto”, de alguns milhões de reais, de norte a sul, de leste a oeste deste Brasil, e muitos aí se preocupam.

Fiz essa observação, Deputado Nelson Trad, desde o início. O mensalão... Não me interessa absolutamente a periodicidade desse dinheiro, porque, segundo o próprio Deputado Roberto Jefferson, ele não acreditava no PT, ele pretendia receber à vista, e disse: “*Quero 20 milhões, em cash*”. Então, deram a ele 4 milhões. Depois, segundo declarações dele próprio, não cumpriram com ele o combinado. Então, pode ser semanal, mensal, trimestral, bimensal, anual, sei lá, em prestações. Não que nós não estejamos preocupados, mas o que interessa, o que precisamos saber de uma vez por todas — estou muito preocupado em saber, Presidente — é o meio e o fim desse dinheiro. Quero a origem do dinheiro, nobre Deputado Carlos Sampaio, Parlamentar que pertence, parece-me, à Subcomissão da CPMI dos Correios. Era limitada, agora é S.A., associou-se à CPMI do Mensalão. Precisamos descobrir a origem do dinheiro. O meio e o fim já estão mais ou menos delineados, já temos alguma coisa, a ponta desse *iceberg* veio à superfície.

Para encerrar, Dr. Arlindo. Não gosto de usar a palavra crível, mas acho que uma inteligência mediana... Não podemos conceber, absolutamente, que, dado esse comando, essa hierarquia, essa disciplina, dado o volume de negócios, de dinheiro, de tratativas, de idas e vindas... Eu não quero fazer nenhum prejulgamento, mas o Deputado José Dirceu, o capitão-mor desse time — como foi falado aí, usaram essa figura —, essa hierarquia maior dessa tendência majoritária, à qual pertencia o Sr. Delúbio Soares... Então, pergunto a V.Exa., evidentemente... O senhor já disse: “*Se o Genoíno, que era o Presidente, não sabia, por que o José Dirceu haveria de saber?*” Agora, pelo que consta, o José Genoíno era Presidente mas não presidia. Mesmo assim, o José Genoíno não saber não quer dizer que o José Dirceu também, por exclusão, não podia sabê-lo.

Desculpa, não estou contradizendo... Estou contradizendo o que o senhor disse, mas com todo o respeito. “*Ah, o José Genoíno não sabia. Então, por isso, por exclusão, o José Dirceu também não sabia?*” Absolutamente. Isso chega a ser até um sofisma, com todo o respeito.

Então, Dr. Arlindo, eu pergunto: o senhor considera, cem por cento, que o então Ministro José Dirceu, hoje colega nosso, Deputado José Dirceu, não sabia,



absolutamente, nem superficialmente de todas essas estripulias praticadas aí pelo Sr. Delúbio e companhia?

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Primeiro, Deputado Edmar, V.Exa. também fez referências muito elogiosas, em que pese... Nas suas observações, cumprindo e muito bem o seu papel, V.Exa. fez referência à minha afirmação. E eu quero precisar, não porque V.Exa. não tenha entendido bem, mas eu posso também não ter me expressado bem. Mas concordo com sua observação. Eu estava respondendo a uma indagação que era: como é que eu posso afirmar que o Deputado José Dirceu sabia, quando o Presidente do partido não sabia? Foi essa. Em nenhum momento eu concluí, e vou explicitar, que, pelo fato de o Genoíno não saber, obrigatoriamente o José Dirceu não soubesse, o José Dirceu ou outro qualquer. Mas, veja, eu não queria, sinceramente, estar no papel que vocês estão. E eu acredito, como V.Exa. disse, o Conselho... ele não tem aqui, ainda não foi instalada essa comissão de ciências ocultas ou algo do gênero. Portanto, vocês têm que trabalhar com aquilo que é falado, e é o meu papel aqui. Agora, veja, como é que eu, sem ter conhecimento, vou fazer uma afirmação que vai implicar, inapelavelmente, na cassação de alguém? Lamento, mas eu não posso auxiliá-los. Então, veja, se eu não tenho a informação, eu jamais direi que o José Dirceu sabia, como não diria até de qualquer outra pessoa. Veja, como é que eu iria dormir a partir daí? E V.Exa. tem razão... Desculpe, Deputado Cezar Schirmer.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Essa é a sua conclusão. Eu quero dizer que V.Exa. não tem nenhuma autoridade para falar o que está falando, se é que eu entendi o que V.Exa. disse. Eu queria que V.Exa. explicitasse no microfone.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. é testemunha de defesa, não vem aqui para incriminar qualquer pessoa.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Na psicologia há uma coisa que se chama projeção. Eu repito que V.Exa. tirou uma conclusão que eu não lhe dou nenhuma autoridade. Coloco aqui o meu passado, a minha honra, e o desafio a



apontar em que momento que V.Exa. me flagrou mentindo. V.Exa. não tem direito, V.Exa. não tem moral, V.Exa. não tem nenhuma autoridade para falar isso.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - V.Exa. tem que me respeitar.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Se me respeitar, eu o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Eu pediria ao Deputado Arlindo Chinaglia... O senhor tem sido extremamente delicado, extremamente competente no seu testemunho. Eu pediria a V.Exa. para colaborar também conosco, e do mesmo modo o Deputado Cezar Schirmer, para que os trabalhos tenham um curso normal. Deixemos a palavra com o Deputado Edmar Moreira, para que possamos continuar. V.Exa., Deputado, releve qualquer entendimento desagradável que possa ter tido.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu peço perdão ao conjunto do Conselho. Eu quero me retratar quanto à forma, mas eu mantenho o conteúdo. Eu nunca na minha vida ouvi e jamais vou ouvir um tipo de ilação desse e ficar calado. Não posso. Se um dia eu ficar, Sr. Presidente, o senhor me perdoe, aí eu, digamos, eu perco o meu vigor e perco minha autenticidade, o que eu prezo muito.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, pela ordem. Eu não... Em respeito ao nosso convidado, à testemunha, eu não vou abrir esse precedente enquanto ele estiver me respondendo e ele ser interrompido. Eu não vou...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas eu quero então retomar...

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Eu acho até... Então, por favor...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas eu me desculpo perante o Conselho. Eu queria retomar, portanto, aquilo que eu estava dizendo. Veja, se eu não testemunhei fatos, se nunca ninguém afirmou para mim que o José Dirceu teve conhecimento ou participação, evidentemente que eu não poderia afirmar de uma maneira, digamos, completamente, eu diria, até irresponsável. Por isso que eu digo, a responsabilidade e a tarefa dos senhores é muito complexa. Eu concordo, agora lembrei, com a observação de V.Exa., que aqui o Conselho tem que ser uma trincheira onde não fique contaminada, como no nosso cotidiano, a disputa política, ideológica. Vocês têm uma tarefa, em nosso nome, da Câmara dos Deputados,



superior, não é? Não é fácil. O que, portanto, eu quero dizer, até levando em conta, digamos, o que alguém pode pensar... Até porque V.Exa. falou aqui que quem vem como testemunha de defesa pode ter um constrangimento. Até pode. Veja, é porque se existe todo o noticiário, existe a imagem, no caso, digamos, do José Dirceu, que cada um faz a sua opinião. Eu aqui, portanto, porque eu fui escolhido... Eu não sou do campo majoritário, eu sempre disputei com o José Dirceu no PT, e, digamos, até na composição do Governo, eu sempre fui muito fraquinho, não é? Então, eu creio que, quando ele propôs que eu viesse, era exatamente para que houvesse também um grau de isenção, porque, se eu fosse do campo majoritário, eu creio que alguém poderia até, em dado momento, imaginar que ali haveria um tipo de cumplicidade da política interna do PT que poderia — como é que eu digo? — trazer um grau de comprometimento às minhas palavras. Por isso que eu não posso permitir colocar em dúvida o que eu falo, até porque se algum momento eu tiver... Se eu tivesse elementos de convicção contrários ao que aqui atende à testemunha de defesa de José Dirceu, evidentemente que eu não teria vindo aqui para dar um vexame.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Com a palavra a Deputada Ann Pontes.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Sr. Presidente.

De forma bastante breve encaminharei 4 questionamentos ao Deputado Chinaglia. E o primeiro, Deputado, já pegando um trecho do depoimento do Deputado José Dirceu a este Conselho. Ele teria afirmado: *“Eu sou responsável e assumo meus atos como Ministro-Chefe da Casa Civil e como Deputado neste curto mandato que tenho. Não assumo os atos da Comissão Executiva Nacional do PT, dos membros da direção do PT, porque eu não era membro da direção do PT, não participava das decisões. Não posso assumir aquilo que eu não fui responsável.”* — fecha aspas.

E como muito bem V.Exa. colocou, nós temos uma árdua missão. Se muitas vezes V.Exa. até julga impertinentes determinados questionamentos, é no afã de formar nosso convencimento. V.Exa. teria condições de informar a este Conselho, no sentido de ratificar, confirmar, que o Deputado José Dirceu não participava das decisões no Partido dos Trabalhadores?



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Depois que ele virou Ministro, pela formalidade partidária, com segurança. A partir daí, a senhora pode imaginar: mas será que não haveria — como eu também imagino, como qualquer um pode imaginar —, mas será que não havia alguma consulta informal por telefone, troca de idéias? Veja, em tese, isso pode acontecer com ele ou com qualquer um de nós. Até comigo. Bom, como se trata aqui de um julgamento no Conselho de Ética a partir das denúncias que foram feitas, eu só posso trabalhar com aquilo que eu sei. Então, não tenho direito, neste depoimento, à subjetividade; não tenho direito à análise, senão perderia a condição de testemunha. Como V.Exa. formulou bem a pergunta, respondo também dessa forma, que exatamente pelo que diz o José Dirceu e pelo que dizem todos os demais — eticamente jamais vou concluir algo diferente —, se amanhã aparecer qualquer evidência que contrarie, digamos, essa minha atitude que evidentemente tem — como eu diria? — não é prudência, mas um rigor até de não me trair dando opiniões, aí eu daria, digamos, um outro testemunho. É por isso que tenho o dever, pela informação que tenho, de dizer que vale aqui o que ele diz e o que os outros disseram para mim.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo. Dando prosseguimento: considerando o entendimento de V.Exa., o Sr. Delúbio Soares teria — palavras de V.Exa. —, por excesso de ousadia, tomado a iniciativa de contrair empréstimos para o financiamento de campanha para Deputados do PT e para Deputados da base aliada. Portanto, o Sr. Delúbio não se limitou a sanar as dificuldades financeiras do próprio PT; o Sr. Delúbio também, por iniciativa própria, individual, resolveu sanar as dificuldades dos Deputados da base aliada sem conhecimento da direção do PT, Deputado?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu discordo da base de raciocínio de V.Exa. É que V.Exa. parte do pressuposto de que as iniciativas do Delúbio foram para resolver problemas de Deputados. E, por aquilo que eu tenho conhecimento, pelas CPIs, pelo que é divulgado, principalmente porque não participo das CPIs, ali foi uma transação entre partidos. Até porque alguns Parlamentares, eu diria especialmente do PT, todos dizem o quê? Vou dar o exemplo de um Parlamentar que V.Exa. conhece, que é o Deputado Paulo Rocha, ex-Líder da nossa bancada. Ele era, além de Deputado, Presidente estadual do PT



do Pará ou é. Ele é. E lá, em que pesem as divergências políticas, porque lá também tem, houve uma decisão unânime — salvo falha de informação de minha parte —, dizendo que todo o dinheiro que ele pegou foi para cumprir com tarefas partidárias. Partidárias. Portanto, não foi para resolver problemas de Deputados do PT ou de outros partidos, até porque da forma como apareceu a denúncia, até alguns membros deste Conselho, se levado ao pé da letra, não poderiam exercer seu mister, de todas as bancadas que foram acusadas genericamente pelo Deputado Roberto Jefferson. Então, do pressuposto eu discordo. Por isso, eu acho que quando eu falei que ele foi ousado, a senhora registrou mais do que eu até... Mas é uma forma, diria, atenuada de dizer que ele abusou — também eu disse —, abusou da confiança coletiva do PT.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Certo. Só mais duas para concluir.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Aliás, nenhuma pergunta me incomoda, não.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - V.Exa. teve conhecimento de que o Deputado José Dirceu esteve reunido com os diretores do Banco BMG e Rural, isto é, o Sr. Flávio Guimarães e Kátia Rabelo, respectivamente?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É o que foi divulgado e foi admitido inclusive pelo próprio José Dirceu.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Em função da admissão, antes da admissão, V.Exa. não teria conhecimento de que ele teria recebido?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Por último, Deputado, V.Exa. tinha conhecimento de que esses bancos receberam algum tipo de favorecimento por parte de José Dirceu?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não. Existe todo um debate a respeito de eventuais benefícios a esses bancos no que diz respeito a créditos consignados. Mas eu me lembro, quando José Dirceu aqui esteve, porque eu assisti — pode não ser preciso o que vou dizer —, mas ele falou que veio, se não me engano, ou uma decisão ou uma sugestão do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social para que houvesse o crédito consignado. Após todo o debate e



disputa política, eu fui, inclusive, pesquisar. Até onde tenho informações, houve, digamos, alguns bancos que não se interessaram, outros bancos que se interessaram. E daí resultou, digamos — como é que eu diria —, num lucro maior ou menor, ou num acesso maior ou menor a esse empréstimo consignado. Até porque — agora eu me lembrei —, quando a medida provisória veio para cá, não era permitido — isso é preciso conferir — que os bancos não pagadores do benefício dos aposentados e pensionistas pudessem fazer o empréstimo consignado para aposentados e pensionistas. Portanto, no início, os bancos que puderam eram apenas os que pagavam. E creio serem bancos maiores do que esses citados.

A SRA. DEPUTADA ANN PONTES - Obrigada, Sr. Presidente. Obrigada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Com a palavra o Deputado Relator.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Remeto ao Deputado, para fazer um questionamento, para encerrar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Um minuto apenas. Nobre Deputado Chinaglia, quando houve aquele problema com o Sr. Delúbio e com o Sílvio Pereira, o órgão diretivo do partido se reuniu e tomou uma decisão pela permanência dos mesmos nos cargos que ocupavam. V.Exa. tem conhecimento desta reunião que houve em São Paulo. E, na televisão, eu vi a entrevista do Professor Luizinho dizendo que eles iriam permanecer, foi deliberação do órgão diretivo, porque o Sr. Delúbio — expressamente dito pelo Professor Luizinho — tudo o que fazia era de acordo com a orientação da direção do partido. O que V.Exa. tem a dizer sobre isso, que traz um grande contraste? E foi o que aconteceu na reunião e a deliberação do partido.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Que eu me lembre, na reunião de deliberação do partido não ficou, digamos, consagrada essa opinião do Deputado Professor Luizinho. Ou seja, não houve uma recomendação do diretório, que eu me lembre, de falar: *“Olha, fica caracterizado que tudo o que o Delúbio fez era sob orientação da direção nacional.”* Até porque, se isso tivesse ocorrido, seria uma



confissão de culpa coletiva, o que não ocorreu. E se — eu não estou duvidando da sua palavra...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É que eu repeti as palavras do Professor Luizinho.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, eu não estou duvidando.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas a decisão da manutenção deles foi.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A decisão foi. Veja: ou a decisão do não-afastamento. É o inverso. Durante um momento, não houve a decisão de afastamento, visto que eles eram da direção. Ao contrário do ponto de vista formal, mas é relevante. Ou seja, o PT, de fato, demorou a tomar a decisão de afastamento. Inclusive, o Sílvio Pereira pediu o próprio desligamento, a desfiliação, logo em seguida, do PT. Ou seja, aí a responsabilidade da declaração é do Deputado Professor Luizinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, para concluir...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Um minuto, antes que V.Exa. faça as suas indagações, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Pois não. Nós vamos conceder a palavra ao Deputado Cezar Schirmer, mas...

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Um segundo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) -... fazemos um apelo ao Deputado no sentido de termos um diálogo mais ágil.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - O apelo de V.Exa. será atendido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO CEZAR SCHIRMER - Eu quero apenas fazer referência ao que disse o Deputado Arlindo Chinaglia, por quem tenho o maior respeito e consideração e não partiria de mim qualquer juízo de valor da sua conduta ou do seu depoimento. Na verdade, quando ele estava respondendo a uma pergunta, fiz comentário paralelo, não oficial, não nos autos, com o Deputado que estava ao meu lado. Eu disse: se eu soubesse, não viria. Por quê? Porque, sendo testemunha de



defesa, certamente, antes, elencou o que sabia e o que não sabia. O que diria no seu depoimento não seria contra o seu colega de partido. Então, ele foi escolhido para depor, obviamente para informar algo ou confirmar as declarações do Deputado José Dirceu. No entanto, este meu comentário não oficial teve uma resposta que eu considerei despropositada, exacerbada e deselegante, quando o eminente Deputado Arlindo Chinaglia afirmou que eu não tinha moral. Ele não complementou a frase, foi mais ou menos... E esta afirmação eu reputo como inaceitável. Eu tenho 32 anos de vida pública, fui Vereador, Deputado Estadual, Secretário de Estado várias vezes, Presidente de Assembléia e agora Deputado Federal. Nunca na minha vida, pública ou privada, alguém fez esse tipo de afirmação referente a mim. Então, eu repito e repilo a não-aceitação dessa expressão. Ela não é adequada à minha vida pública, sequer adequada ao Deputado Arlindo Chinaglia e nem adequada a uma reação ou comentário paralelo. O que eu tiver que dizer, Deputado Arlindo, eu digo de frente, não em comentário paralelo, eu digo aqui no microfone.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Até em homenagem às suas observações, também creio que devo explicações a V.Exa. e ao conjunto. Como V.Exa. fez um comentário paralelo e, portanto, eu o ouvi da forma como me chegou, interpretei que V.Exa. teria dito que, mesmo que eu conhecesse os fatos, eu não os diria, visto que era testemunha de defesa. Foi a isso que eu reagi. Mas como V.Exa., agora, pelo que pude entender, disse que comentou ser próprio da função de testemunha de defesa — da forma como observei —, ou seja, aceito ouvir, uma vez que o que eu conheço é compatível com tudo que falo. Então, nesses termos, retiro. Porque se eu interpreto que V.Exa. estava fazendo um julgamento público, atribuindo a mim, como entendi da primeira vez, uma mentira, foi nesses termos. Porque, assim como V.Exa. não pode aceitar, eu também não aceitaria. Então, dou como esclarecido e encerrado. Portanto, não há nenhuma pendência, dado que isso fique esclarecido para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Que bom. Obrigado Deputado Schirmer e Deputado Arlindo.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, Sr. Deputado depoente, Arlindo Chinaglia, senhor advogado, Sras. e Srs. Deputados, primeiro



quero fazer uma conclusão da fala e dos últimos questionamentos feitos pelos colegas Deputados; uma observação e uma conclusão rápida.

A observação é que depois de tudo isso observado com relação à fala do Deputado Professor Luizinho, o Sr. Delúbio Soares, por meio de medidas judiciais, continua filiado no Partido dos Trabalhadores. Demonstra-se que, de certa forma, ele tem não só do partido, mas com isso, a força.

A conclusão é sobre o que disse a Deputada Ann Pontes: que foi justamente o Sr. Waldomiro Diniz que fez o trabalho para que a medida provisória que tramitou na Casa fosse alterada para possibilitar a participação do BMG na consignação e dos bancos privados que até então não poderiam participar. É só um fato alusivo aos questionamentos que foram feitos ao Deputado Arlindo.

Eu gostaria, inicialmente, de agradecer, na pessoa do Deputado Arlindo, aos depoentes do dia de hoje. Agradecer, na pessoa do Dr. Rodrigo, a presença do Dr. Luiz, que também já teve que seguir para outro compromisso, a inestimável contribuição dos colegas Parlamentares deste Conselho, pois hoje tivemos uma jornada que agora, às 21h30min, completa mais de 10 horas de reunião e depoimentos.

Quero também agradecer aos assessores aqui do Conselho e dos partidos; à imprensa, que fez a cobertura hoje, dizendo que, em função do que vimos no dia de hoje — e ao fazer esses agradecimentos quero nominar os membros do Conselho presentes até então, os Deputados Josias Quintal, presidindo a sessão; Jairo Carneiro, Carlos Sampaio, Angela Guadagnin, Ann Pontes, Benedito de Lira, Nelson Trad, Cezar Schirmer, Edmar Moreira —, um dia tumultuado em que recebemos uma séria representação, também receberemos, conforme decisão da própria Corregedoria, amanhã, outras representações. Mas tenho certeza de que hoje demos um exemplo do esforço que vamos precisar fazer para dar a resposta que a sociedade tanto solicita ao Conselho, em termos de apurações. Serão, ao todo, mais de 15 representações tramitando por este Conselho. Por isso, talvez, não tenhamos mais condições de fazer uma oitiva por dia, em função da necessidade que as apurações vão requerer.



Ao dizer isso, quero dar uma resposta clara também ao questionamento feito no início desta sessão aos advogados sobre a competência do Conselho, que, infelizmente, não pode convocar ou intimar, só convidar.

Quero agradecer aos depoentes arrolados pela defesa que vieram inicialmente, porque tivemos que fazer consultas. O próprio Diretor do BMG, Dr. Flávio Guimarães, teria solicitado a alteração pelo então diretor, que tem a maioria das ações, que seria o Diretor-Presidente, Dr. Ricardo. Eu falei que só poderia proceder à substituição consultando a defesa e também o representante que, no caso, é o Partido Trabalhista Brasileiro.

E gostaria de informar — vou ler rapidamente somente o final do ofício:

“...o PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO – PTB, na qualidade de Representante, sobre pedido da testemunha FLÁVIO GUIMARÃES, arrolada na Representação, de sua substituição, ao argumento de que outrem teria poderes de representação do Banco BMG – assegurar a não concordância com a postulação...”

Diante disso, consideramos, para efeitos, reiterar o convite a fim de que o Diretor, Sr. Flávio Guimarães, venha ao Conselho trazer seus esclarecimentos, até porque ele é arrolado pelo representante, o Partido Trabalhista Brasileiro.

Assim, ao final, gostaria de pedir ao Presidente que faça, se for de consenso deste Conselho, uma votação em bloco. Vou ler os requerimentos que eu apresento a este Conselho para que sejam submetidos a uma votação só, se for da concordância do coletivo do Conselho.

O primeiro requerimento é para convidar o Sr. Marcos Valério e a Sra. Renilda Maria Santiago Fernandes de Souza a virem prestar depoimento no Conselho, em função de também terem sido arrolados na representação do Partido Trabalhista Brasileiro. O convite tem que ser feito de acordo com nossos procedimentos.

O segundo requer às CPIs dos Correios as cópias dos contratos de empréstimo do Banco de Minas Gerais e do Banco Rural, concedidos ao publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza.

O terceiro é para requerer uma cópia também, à CPI dos Correios, dos contratos de empréstimo do Banco de Minas Gerais e do Banco Rural ao Partido dos Trabalhadores.



O quarto requerimento solicita ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar a requisição do depoimento anteriormente concedido para a instrução do processo do Sr. Marcos Valério, na Polícia Federal, no último dia 6 de setembro — o último depoimento dele não está nos anais do nosso processo, o depoimento prestado no dia 6.

O quinto requerimento solicita a cópia da quebra dos sigilos telefônicos arrolados, juntamente com os dados em análises feitos pela CPMI.

E esse requerimento, quero justificar. Temos que pedir ao Presidente Severino que peça ao Presidente Renan Calheiros, que, por sua vez, solicite à CPMI que sejam disponibilizados os sigilos telefônicos do Sr. Marcos Valério e empresas; do Sr. José Dirceu; do Sr. Delúbio Soares e do Sr. Sílvio Pereira.

E, por último, solicito ao Conselho de Ética o ementário das decisões anteriores deste Conselho. O ementário são todas as decisões que este Conselho já teve com relação a processos anteriores para a instrução na Representação nº 04, que é o processo em tela que estamos discutindo.

Então, recapitulando, há dois requerimentos sobre os contratos do Sr. Marco Valério; o requerimento dos contratos com o Partido dos Trabalhadores; o requerimento do depoimento do Sr. Marcos Valério prestado no dia 6 à Polícia Federal; e os dados da quebra de sigilo e o cruzamento feito dos sigilos telefônicos do Sr. Marcos Valério, José Dirceu, Delúbio Soares, Sílvio Pereira e das empresas do mesmo.

Eram esses os requerimentos que eu gostaria de apresentar ao Conselho, submetendo-os à sua apreciação.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, eu gostaria de consultar o nobre Relator. Creio que existem outros depoimentos prestados pelo Sr. Marcos Valério e pelo Sr. Delúbio Soares perante outras instâncias, órgãos, talvez, até já disponibilizados para este Conselho. Acho que é importante reunir os depoimentos existentes prestados por essas duas personalidades. É a minha opinião.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Os requerimentos já foram aprovados também pelo Conselho; já vieram alguns da CPMI e da Polícia Federal; chegou um requerimento da Procuradoria-Geral, o qual está à disposição dos membros do



Conselho. Esses requerimentos já foram aprovados e estão à disposição na Secretaria do Conselho.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, só indago ao Relator se os questionamentos para o depoimento do Ministro Márcio Thomaz Bastos já foram feitos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Já foram procedidas todas as perguntas feitas pelos colegas Parlamentares e também já foram encaminhados os questionamentos feitos pela defesa. E estamos, dentro do prazo, aguardando as respostas do Ministro Márcio Thomaz Bastos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, apenas...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Só um instantinho. Até por conta da sua afirmativa de que nós teríamos mais do que um depoimento por dia, indago se já houve marcação de alguns para esta semana ou para estes dias.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - O Presidente vai concluir. Amanhã, nós teremos o depoimento do jornalista Fernando Moraes e, na quinta-feira, o depoimento quanto à representação do PTB contra o Deputado José Dirceu. Na quinta-feira ainda, o depoimento do ex-Deputado e ex-Presidente José Genoíno.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Para contribuir com o Relator, eu, até por ser membro da CPMI dos Correios, com relação aos contratos do BMG e Banco Rural, empréstimos do Sr. Marcos Valério, eu diria que são aqueles que totalizam 55 milhões, porque aqueles feitos por ele e pelas empresas são mais de uma centena de empréstimos.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sim, são os que são dirigidos ao Partido dos Trabalhadores e ao pessoal dele.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Empréstimos ao PT, que são os dois, e os 55 milhões.

Por último, o depoimento do Marcos Valério, no dia 6/9, já está de posse da CPI. Não há nenhum problema. E pondero tão-somente, com relação às ligações telefônicas, nós temos aproximadamente 3 milhões de ligações telefônicas feitas de pessoas investigadas. Mas vamos soltar relatórios todas as quintas-feiras. Nessa quinta-feira, já teremos relatórios com cruzamentos específicos. Evidentemente que



não há nenhum problema em disponibilizar, mas como há o maior número de membros, todos eles com vários técnicos do Tribunal de Contas, do Banco Central, existe muita dificuldade para esses cruzamentos. Se houvesse uma especificidade, nós poderíamos contribuir ainda mais com a relatoria.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Vamos votar, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - A solicitação desses nomes foi exatamente para isso. Sabendo que o trâmite para o encaminhamento dessas respostas é demorado pela própria força regimental, nós estamos pedindo exclusivamente do Sr. Delúbio, Sílvio Pereira, Marcos Valério e José Dirceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Eu quero fazer um apelo ao Srs. Deputados. Nós precisamos encerrar a sessão. E, apenas para orientar os trabalhos, digo o seguinte: o Deputado Arlindo Chinaglia vai fazer suas considerações finais e, em seguida, vamos fazer a votação dos requerimentos do Relator, dada a necessidade de se dar celeridade a todo o processo.

Então, para nossa orientação, com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia para fazer suas considerações finais. Em seguida, faremos a votação e considerações mais que os senhores acharem por bem que devam ser feitas.

Então, com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Obrigado, Presidente. Eu quero agradecer a todos os membros do Conselho indistintamente. Houve aqui um incidente, e será por mim entendido como sendo um incidente infeliz, mas não interfere nem na minha avaliação nem, enfim... Espero de alguma maneira ter contribuído com o trabalho dos Srs. e Sras. Parlamentares. E agradeço, Presidente, também pela forma como fui tratado aqui. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - A Presidência agradece a V.Exa. pela maneira brilhante que não nos surpreendeu, mais uma vez.

Muito obrigado.

Bem, vamos, então, colocar em votação os requerimentos do Relator.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu peço que considere o adendo que eu ofereci.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Pois não, Deputado. Considerando o adendo do Deputado Jairo Carneiro, vamos colocar... O Relator vai considerar os adendos.

Então, em votação.

Aqueles que estiverem de acordo com os requerimentos do Relator permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, pela ordem, antes do encerramento da reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sobre a presença do nobre Deputado José Dirceu. Eu considero que é muito importante que ele venha a este Conselho antes da oitiva das testemunhas outras arroladas pela relatoria. Eu acho que é muito importante. Que seja este o momento e não após as testemunhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Josias Quintal) - Nós vamos levar o problema ao Presidente Ricardo Izar.

Bem, Sras. e Srs. Deputados, a Presidência convoca todos os senhores e senhoras e também intimo os senhores advogados do representado para reunião, amanhã, 14 de setembro, às 14h30min, no Plenário 7, para oitiva do Sr. Fernando Moraes, testemunha arrolada pela defesa do Deputado José Dirceu.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião.